

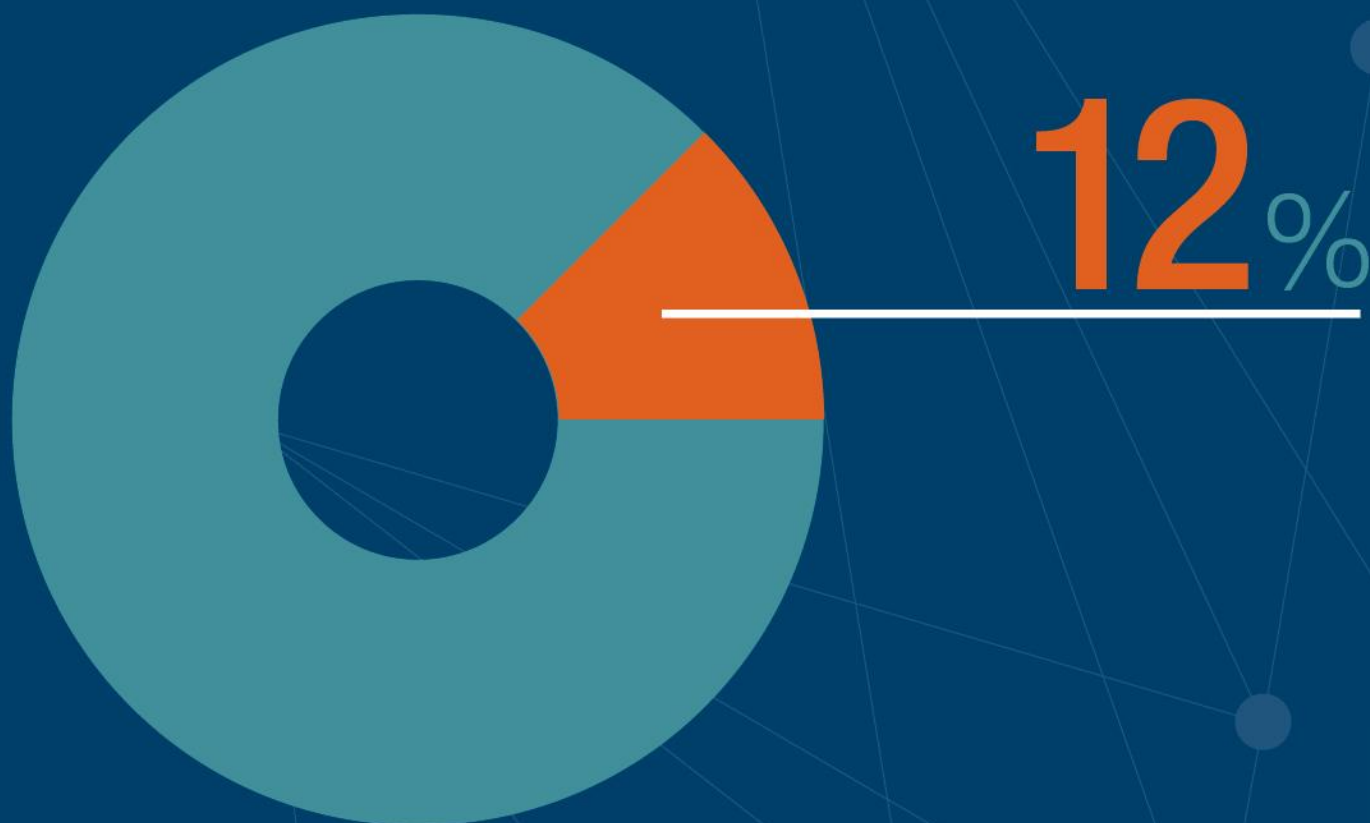
RELATÓRIO ANUAL

— 2017 —



IcatuFMP

APROVEITE **12%** DO BENEFÍCIO FISCAL E GANHE DE TRÊS MANEIRAS DIFERENTES.



- **Primeiro**, porque esse dinheiro é **inteiramente deduzido da base de cálculo do seu Imposto de Renda.**
- **Segundo**, porque com uma base de cálculo menor, **você tem menos imposto a pagar.**
- E **terceiro**, porque **o dinheiro investido vai render um grande futuro para você.**

PLANO DE BENEFÍCIOS CONVÊNIO DE ADMINISTRAÇÃO TELEPAR CELULAR

ÍNDICE

5	MENSAGEM DA DIRETORIA AOS PARTICIPANTES
7	ADMINISTRAÇÃO DO ICATUFMP
9	PANORAMA ECONÔMICO DE 2017

RESULTADOS DA ENTIDADE EM 2017

18	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA
20	NUMEROS DA ENTIDADE
22	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DA ENTIDADE
57	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
61	PARECER DO CONSELHO FISCAL
63	MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

RESULTADOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS CONVÊNIO DE ADMINISTRAÇÃO TELEPAR CELULAR EM 2017

67	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DO PLANO
70	DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COM INVESTIMENTOS DO PLANO
72	INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO
74	INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
78	RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS
81	GLOSSÁRIO
84	ANEXO PARECER ATUARIAL

MENSAGEM DA DIRETORIA AOS PARTICIPANTES

MENSAGEM DA DIRETORIA AOS PARTICIPANTES

Caro participante,

O Icatu Fundo Multipatrocinado envia seu relatório com a certeza de que este foi o melhor ano dos seus 22 anos de história. Preparado para o cenário de queda de juros, apresentamos resultados operacionais consistentes, acima da média do mercado.

Apontada como um dos principais vetores para a estabilização da economia e retomada do crescimento no país, a reformada Previdência concentra as atenções de governo, empresários, mercado financeiro, trabalhadores urbanos e rurais, sindicatos e as diferentes categorias contempladas por benefícios.

A mudança demográfica é o grande catalisador das propostas de alteração das regras previdenciárias. O Brasil experimenta, de forma paralela, um processo acelerado de envelhecimento populacional, queda na taxa de fecundidade e aumento da expectativa de sobrevida após os 65anos. As projeções indicam que o número de idosos vai crescer e, portanto, haverá mais beneficiários no sistema que receberão os benefícios por períodos mais longos – e que o total de pessoas em idade de contribuir será menor. Com isso, a sustentabilidade da Previdência em médio e longo prazo fica comprometida.

O IcatuFMP acredita que a reforma estrutural no sistema previdenciário brasileiro é muito importante para lembrar diariamente a população que não é possível contar somente com os recursos da Previdência Social para sua aposentadoria.

Independente do que for mudar de fato nas novas regras, investir para complementar a aposentadoria pública já deveria fazer parte do planejamento das pessoas, pois apenas 50% dos contribuintes conseguem se aposentar com o teto do INSS, hoje em um pouco mais de R\$ 5 mil. Quem ganha acima desse valor, já deveria estar complementando sua renda futura.

Por isso, lembramos que você deve sempre rever o seu planejamento para a aposentadoria e realizar as ações possíveis em seu plano, para atingir os resultados esperados.

O Relatório Anual é uma importante ferramenta de acompanhamento da administração e gestão do seu plano de benefícios e do IcatuFMP. Nesta versão, você poderá conferir informações detalhadas sobre a situação patrimonial, política e resultado dos investimentos, despesas administrativas e a situação atuarial.

Queremos contribuir de forma cada vez mais relevante para a sociedade e promover um ano ainda melhor para nossos patrocinadores e clientes.

O Relatório Anual – versões completa e resumida - está disponível exclusivamente por meio eletrônico na área restrita do Participante no site www.icatuseguros.com.br, e nele você pode acompanhar de perto os resultados da entidade, do seu plano de aposentadoria e ainda algumas ações realizadas no ano pelo Icatu Fundo Multipatrocinado.

Assim, encerramos esta mensagem certos de que trilhamos um caminho sólido em 2017, pautado na competência e no profissionalismo, os quais norteiam nossas ações. A sua satisfação é o que nos mantém motivados para vencer os desafios e desempenhar a nossa missão sempre com o comprometimento em garantir o futuro de nossos participantes, assistidos e pensionistas.

ADMINISTRAÇÃO DO ICATUFMP

ADMINISTRAÇÃO DO ICATUFMP (ANO 2017)

DIRETORIA EXECUTIVA

Sergio Egidio

Diretor Superintendente e AETQ

Luciano Snel Côrrea

Diretor Financeiro e Controladoria

Márcio Santiago Câmara

Diretor Administrativo

Alexandre Petrone Vilardi

Diretor de Operações

CONSELHO DELIBERATIVO

Representantes Patrocinadores

Fundadores

Luciana da Silva Bastos (Presidente)

Márcio de Moraes Palmeira (Suplente)

Greicilane Ruas Martins de Queiroz (Titular e Vice-Presidente)

José Fiel Faria Loureiro (Suplente)

Bernardo Dieckmann (Titular)

Felipe Bottino (Suplente)

Representantes Demais Patrocinadores

Fabio Lopes Vilela Berbel (Titular)

Rodrigo Duarte Bayma (Suplente)

Carlos Mendes Rosetti (Titular)

Rodrigo Lemes Flores (Suplente)

Ana Claudia Oliveira (Titular)

Paulo Roberto Diniz Lins (Suplente)

Representantes Participantes e

Assistidos

Mauricio Hiroshi Muramoto (Titular)

Eliane Meneguit Trivizol (Suplente)

Lizete Malucelli Ribeiro (Titular)

Francesca Mazzi (Suplente)

Dárcio de Moraes Filho (Titular)

CONSELHO FISCAL

Representantes Patrocinadores

Fundadores

Luiz Eduardo Edelsberg (Titular)

Gustavo Padula Drummond (Suplente)

Representantes Demais Patrocinadores

Heber Leal Marinho Wedemann (Titular)

Paulo Henrique Bottino Alves de Melo (Suplente)

Representantes Participantes e

Assistidos

Carlos Norberto Strelow (Titular)

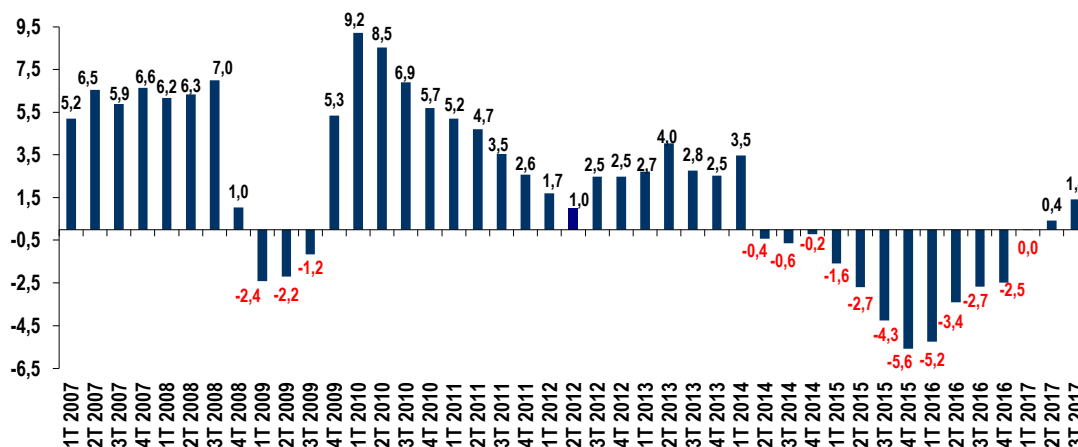
Altevir Waluszko (suplente)

PANORAMA ECONÔMICO DE 2017

PANORAMA ECONÔMICO DE 2017

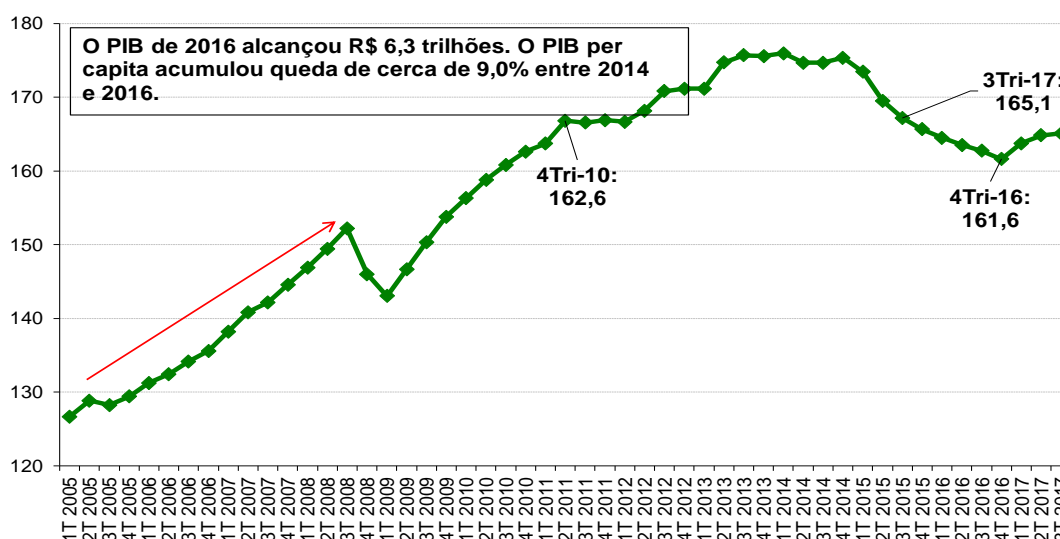
Em 2017, finalmente a economia brasileira mostrou trajetória consistente de recuperação, após dois anos seguidos de forte recessão. O PIB do Brasil caiu 3,46% em 2016, encima de uma outra queda de 3,55% em 2015. Aliás, em 2014 ainda houve crescimento econômico, mas foi pífio, apenas 0,50. Entre 2014 e 2016, enquanto o PIB do Brasil recuou 6,5%, o PIB mundial acumulou crescimento de 10%. A maior economia mundial, os Estados Unidos, cresceu 7% nesse período e a União Europeia cresceu 6,3%. Para concluir as comparações importantes, gostaríamos de destacar que a China e a Índia (dois países que fazem parte dos “BRICS” como o Brasil), acumularam crescimento de 22,5% e de 23,2%, respectivamente, entre 2014 e 2016! Como a população brasileira cresce à taxa de aproximadamente 0,8% ao ano, o efeito da maior recessão na história do Brasil sobre o PIB per capita foi devastador. O PIB por habitante caiu cerca de 9% nesse período. Felizmente, a mudança radical na condução da política econômica pela equipe do Ministro Henrique Meirelles e do Presidente do Banco Central Ilan Goldfajn levou o Brasil a uma nova trajetória de crescimento com inflação excepcionalmente baixa. A primeira queda do PIB na comparação interanual se deu já no segundo trimestre de 2014. Foram onze trimestres seguidos de queda do PIB e mais um trimestre de estagnação. Mas já no segundo e terceiro trimestres de 2017 houve crescimento e a nossa expectativa é que o quarto trimestre também venha a mostrar um dado positivo. A recessão provocada por vários anos de políticas econômicas inconsistentes ficou para atrás.

PIB - Trimestre sobre mesmo Trimestre Ano Anterior (%)



Entretanto, as consequências de uma das mais profundas recessões na história econômica do Brasil vão se sentir por muito tempo ainda, tendo em vista quão mais pobre ficou a população brasileira nesse longo período. O PIB per capita, medido em Dólares norte americanos, alcançou o pico em 2011, quando atingiu pouco mais de US\$ 13.000. Em 2016, ficou em US\$ 8.600. Após oito trimestres consecutivos de queda do PIB com ajuste sazonal, no fundo do poço, o número índice correspondente ao PIB do quarto trimestre de 2016 foi menor do que a estatística correspondente ao quarto trimestre de 2010! Isto se traduziu da seguinte maneira: na média, o volume de produção total da agropecuária, da indústria e dos serviços da economia brasileira no último trimestre de 2016 (antes da retomada) foi menor do que se produzia seis anos antes. Dentro de esses setores, o mais atingido de longe foi a indústria, cujo nível de produção despencou e foi dos setores que mais desempregou pessoas.

PIB Trimestral com Ajuste Sazonal



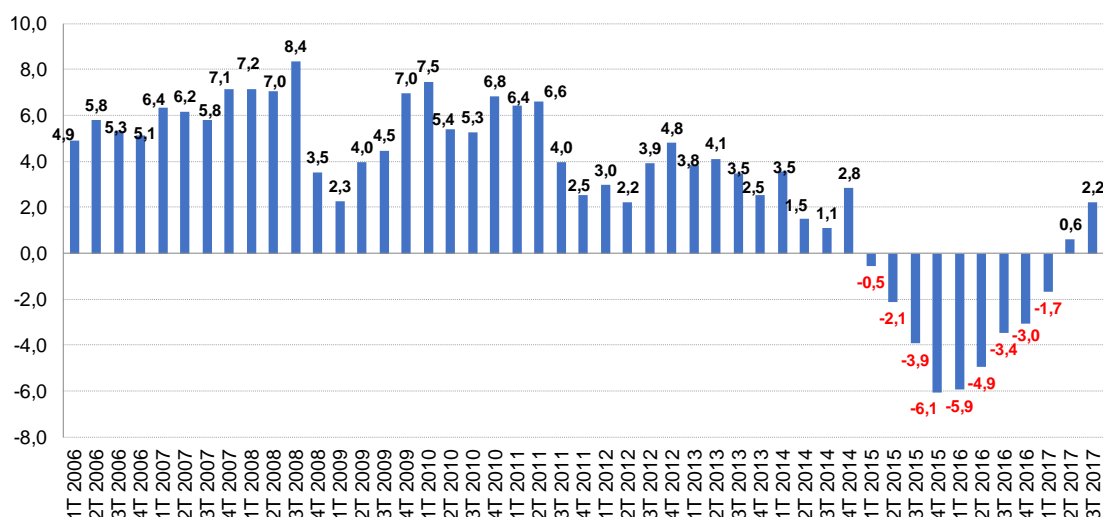
Conforme pode se observar no final da cauda do gráfico acima, já tivemos três trimestres seguidos de crescimento ao longo de 2017. De acordo aos dados do IBGE, a taxa de desemprego, que tinha aumentado significativamente ao longo da recessão, começou a se retrair a partir do trimestre móvel acabado em abril de 2017. O pico do desemprego da PNAD contínua foi de 13,7% no trimestre janeiro-fevereiro-março de 2017. Embora a taxa de desemprego continue alta, a partir do trimestre fevereiro-março-abril de 2017, o desemprego caiu de forma consistente e encerrou o ano em 11,8% com 12,3 milhões de desocupados. Este número foi bastante menor que o recorde da série histórica, que foram os 14,2 milhões de desocupados estimados para o primeiro trimestre de 2017. Mostramos embaixo os dados históricos de desocupação no Brasil. Chamamos a atenção para o fato que embora a recessão tenha começado no segundo trimestre de 2014, o desemprego só começou a aumentar de forma alarmante a partir de 2015.

Taxa de desocupação para os trimestres móveis ao longo dos anos							
Trimestre móvel		2012	2013	2014	2015	2016	2017
1°	nov-dez-jan	...	7,2	6,4	6,8	9,5	12,6
2°	dez-jan-fev	...	7,7	6,8	7,4	10,2	13,2
3°	jan-fev-mar	7,9	8,0	7,2	7,9	10,9	13,7
4°	fev-mar-abr	7,8	7,8	7,1	8,0	11,2	13,6
5°	mar-abr-mai	7,6	7,6	7,0	8,1	11,2	13,3
6°	abr-mai-jun	7,5	7,4	6,8	8,3	11,3	13,0
7°	mai-jun-jul	7,4	7,3	6,9	8,6	11,6	12,8
8°	jun-jul-ago	7,3	7,1	6,9	8,7	11,8	12,6
9°	jul-ago-set	7,1	6,9	6,8	8,9	11,8	12,4
10°	ago-set-out	6,9	6,7	6,6	9,0	11,8	12,2
11°	set-out-nov	6,8	6,5	6,5	9,0	11,9	12,0
12°	out-nov-dez	6,9	6,2	6,5	9,0	12,0	11,8

Com efeito, de acordo aos dados do IBGE, a taxa de desemprego a nível nacional aumentou de 6,5% no trimestre móvel outubro-novembro-dezembro de 2014 para 12% no mesmo trimestre móvel de 2016 e continuou em alta até o primeiro trimestre de 2017 (13,7%). Em meio à recessão, a última vez que houve um dado positivo de abertura de postos de trabalho em doze meses, com carteira assinada, foi nos doze meses terminados em janeiro de 2015. Mesmo assim, o dado foi pífio para um país com uma força de trabalho de mais de 100 milhões de pessoas: entre fevereiro de 2014 e janeiro de 2015 abriram-se somente 41.345 vagas de trabalho. Daí em diante começaram a se fechar postos de trabalho de forma acelerada, atingindo-se um pico de quase 2.000.000 milhões de vagas fechadas nos doze meses até março de 2016. A recuperação econômica iniciada em 2017 levou ao registro de vários meses com criação líquida de postos de trabalho mas, em doze meses, o saldo ainda foi negativo: 123.429 vagas fechadas. De todo modo, é o menor número de corte de vagas desde fevereiro de 2015.

Além do forte aumento do desemprego desde 2015, a elevada taxa de inflação, que o Banco Central não se dispunha a controlar, corroía o poder de compra da renda disponível dos consumidores que ainda tinham renda. Não é de se estranhar, portanto, que o consumo das famílias também tenha apresentado vários trimestres seguidos de queda a partir do início de 2015. Entretanto, com a recuperação iniciada em 2017 e a derrubada da inflação conseguida pela nova equipe do Banco Central, o consumo das famílias começou a mostrar dados interanuais positivos a partir do segundo trimestre de 2017.

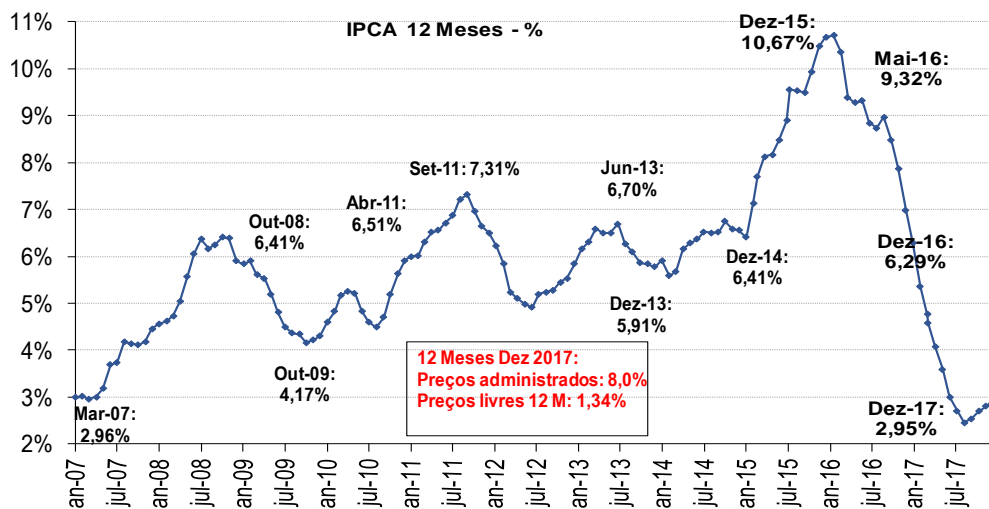
Consumo das Famílias - Anual %



Embora a nova equipe econômica tenha criado um ambiente de maior confiança, inflação em queda, rentabilidade, maior segurança jurídica e regulatória tem demorado bastante a recuperação do investimento que abriria novos postos de trabalho mais rapidamente. O investimento público é praticamente inexistente tendo em vista a gravidade da situação das contas públicas. E tudo indica que o investimento privado em larga escala haverá de esperar o resultado das eleições presidenciais de 2018. Não temos expectativa que a recuperação deste investimento se de forma significativa antes de 2019.

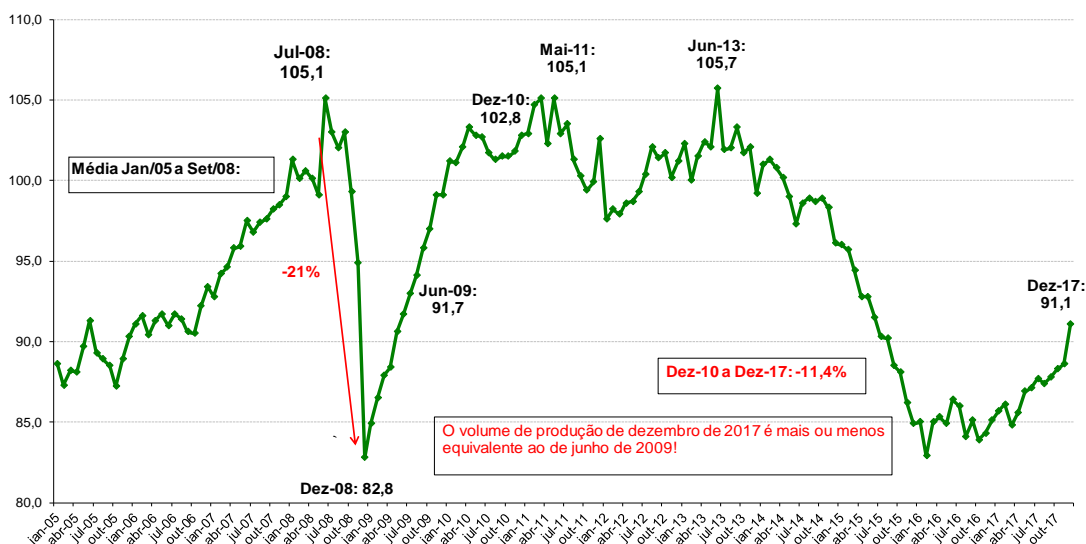
A derrubada da inflação foi um grande destaque da mudança de 180 graus na condução da política econômica. A excelente equipe à frente do Banco Central ganhou rapidamente credibilidade e levou a inflação para dentro da meta em apenas seis meses. Com efeito, o IPCA caiu de 10,67% em 2015 para 6,29% em 2016 (abaixo do limite superior de 6,5% para aquele ano). Em 2017, a inflação caiu bem mais e fechou abaixo do limite inferior das metas de inflação (meta central de 4,5% mais o menos 1,5 ponto percentual). O IPCA de 2017 registrou inflação

de 2,95%. O enorme sucesso no combate à inflação permitiu que a taxa de juros Selic fechasse o ano no menor patamar histórico: 7% ao ano.



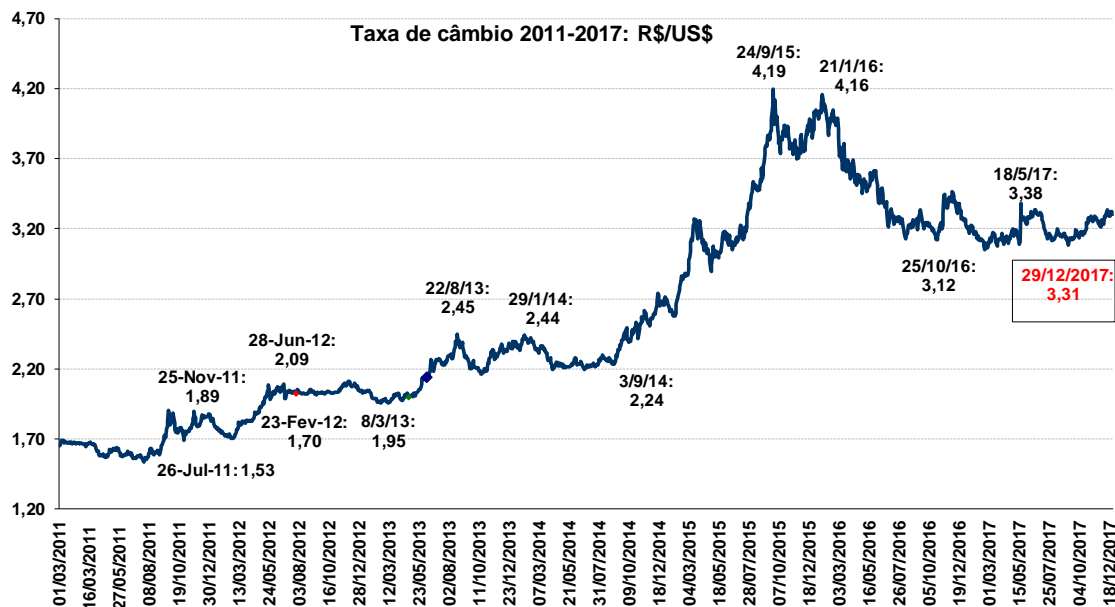
A produção industrial que, conforme apontamos acima, foi a que mais sofreu na política econômica anterior, começou a mostrar uma trajetória consistente de recuperação, principalmente a partir do início de 2017. Mas, as consequências sobre o setor industrial da política econômica incoerente foram tão devastadoras, que o volume de produção industrial de dezembro de 2017 tinha se retraído aos níveis de produção de meados de 2009.

Produção Industrial - Com Ajuste Sazonal

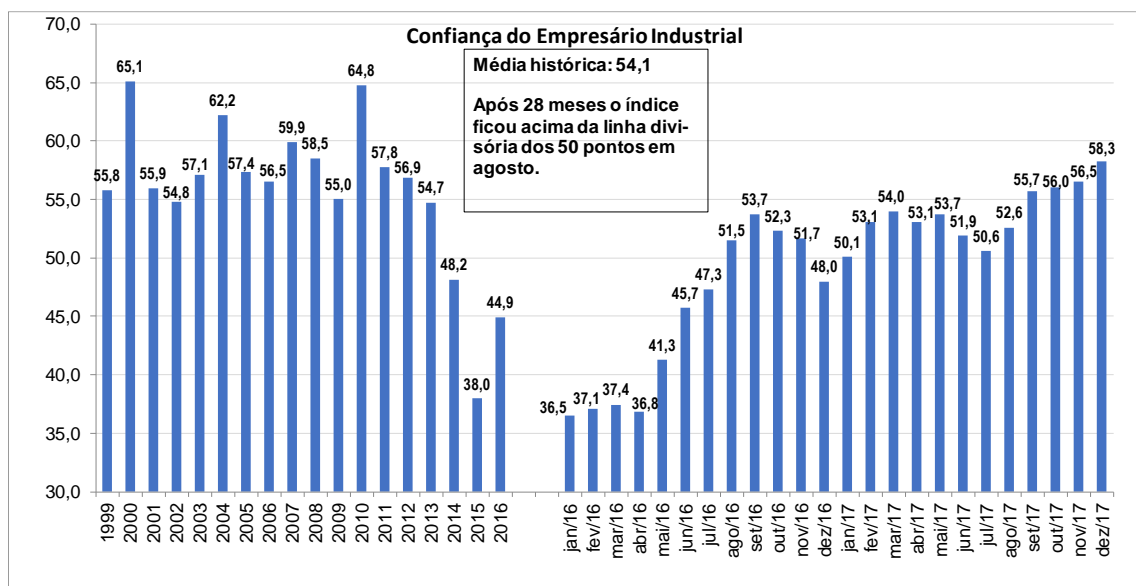


Algo que nunca é demais chamar a atenção é que o Banco Central presidido por Alexandre Tombini não combateu a inflação descontrolada com o instrumento tradicional de taxa de juros. Ao invés disso, fizeram uso de fortes intervenções no mercado cambial, através de derivativos,

para manter o Real artificialmente baixo e desta forma tentar (em vão) controlar a inflação. O resultado foi a significativa perda de competitividade para o setor industrial brasileiro. Se bem taxas de câmbio acima de R\$4 por Dólar claramente não eram taxas de câmbio de equilíbrio, taxas abaixo ou pouco acima de R\$2 também não.

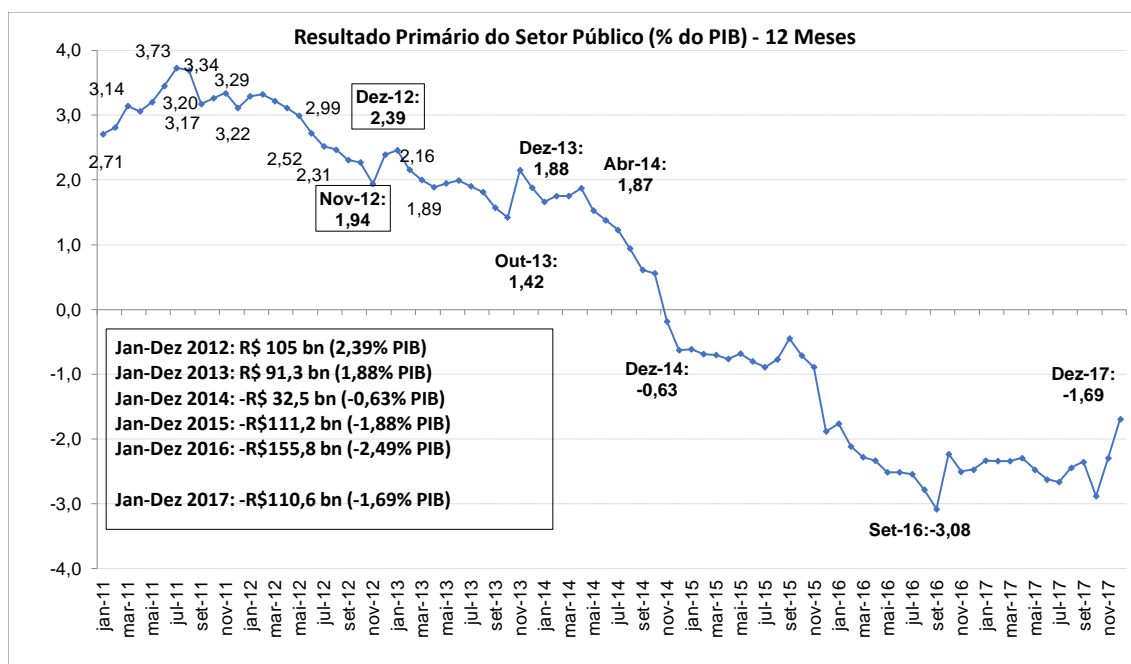


Uma vez que acabaram as intervenções no mercado cambial e a política econômica voltou ao tripé de câmbio flutuante, inflação sob controle e discurso firme a favor da austeridade fiscal, houve consistente aumento da confiança do empresário industrial. De acordo aos dados da Confederação Nacional da Indústria, desde a troca da equipe econômica em maio de 2016, o nível de confiança da indústria deixou para trás os dados historicamente baixíssimos que se registravam desde 2014. O gráfico é particularmente revelador.



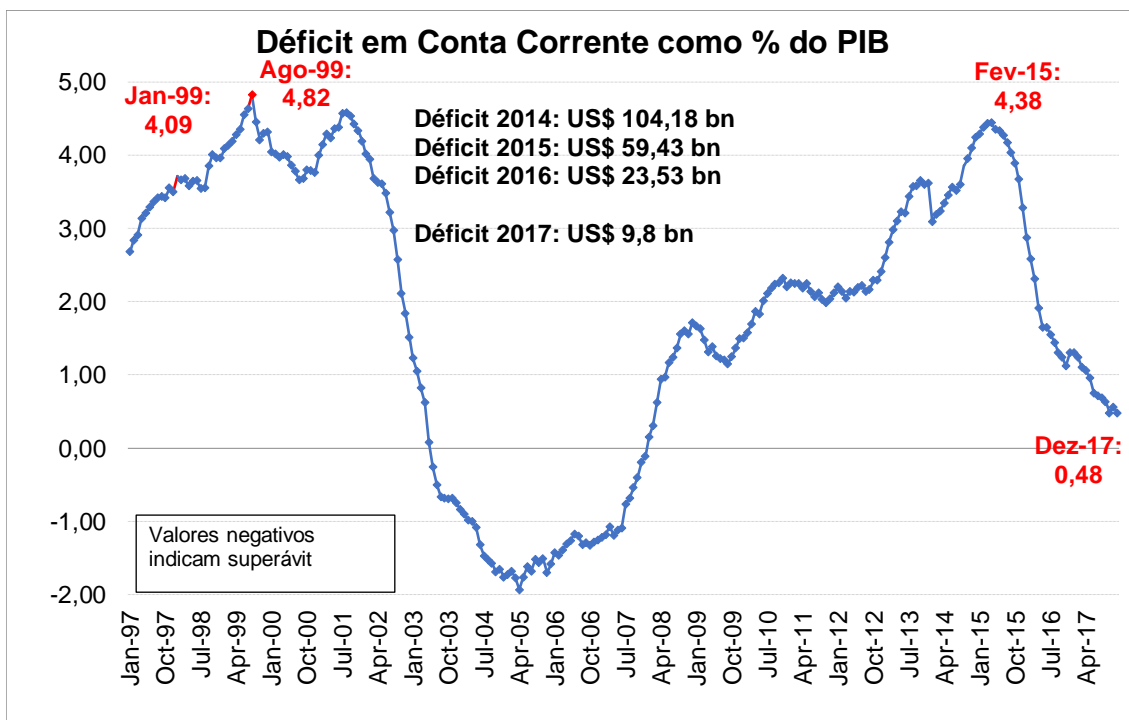
A queda substancial da inflação e o aumento do emprego também concorreram para aumentar a confiança dos consumidores.

Apesar da mudança radical na condução da política econômica na direção correta e do firme discurso de austeridade fiscal, levará muito tempo para conseguir recuperar o que foi perdido, já que as contas públicas ficaram em frangalhos na administração Dilma Rousseff. Pela primeira vez na série histórica houve déficit primário nas contas públicas (a soma de todas as receitas descontadas as despesas correntes e de investimento, exceto pagamento de juros do estoque de dívida) em 2014. Esse déficit cresceu como bola de neve nos dois anos seguintes. Mas, em 2017, houve uma melhora de R\$ 45,2 bilhões no déficit total do setor público.



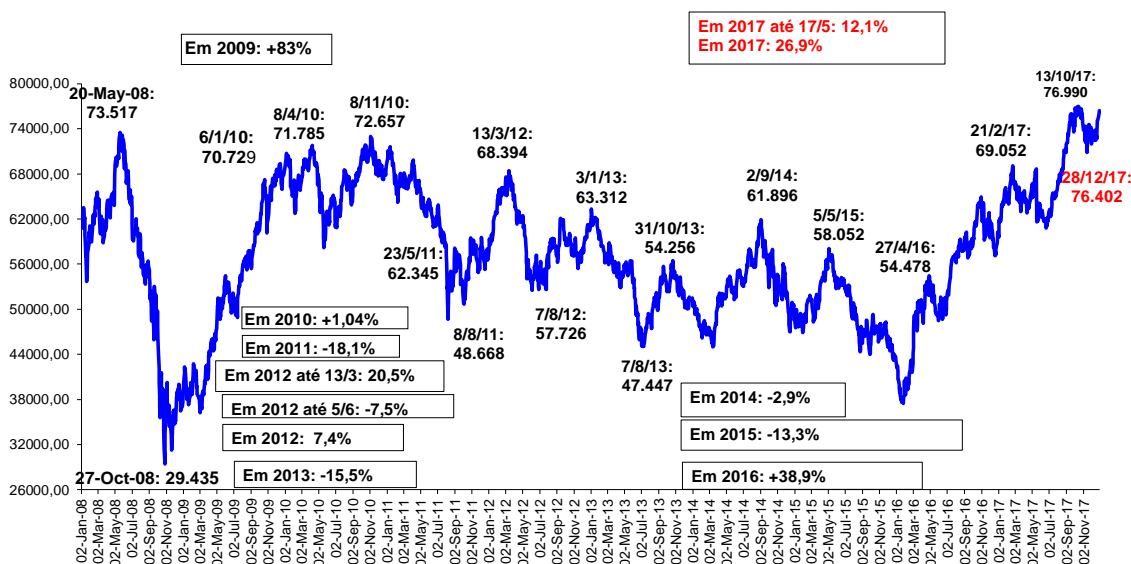
Contudo, por mais que o governo atual se esforce, o brutal aumento que houve em despesas obrigatórias em termos reais, não permitirá a volta de superávits primários a não ser mediante a implementação de urgentes reformas estruturais. Principalmente, a reforma da previdência, que tem pouquíssima chance de ser discutida antes das eleições de 2018. Tendo em vista a forte deterioração do quadro fiscal, uma solução estrutural para evitar o aumento descontrolado da dívida pública é premente. A dívida bruta do governo geral passou de 57,2% do PIB em 2014 para 74% do PIB em dezembro de 2017. Na falta de superávits primários que consigam pagar os juros da dívida pública, só continuará a crescer. É por isso que as eleições de 2018 serão um divisor de águas. Caso venha a ganhar um candidato populista que negue a necessidade de reformas, o Brasil jogará fora o atual processo de arrumação da casa e deverá retroceder anos em termos de investimento, crescimento e criação de empregos.

Além da retomada do crescimento e da inflação baixa, o que permaneceu uma boa notícia na área econômica em 2017 foram as contas externas, cujo déficit continuou caindo após o destravamento da taxa de câmbio. O Banco Central só interveio no mercado cambial em pouquíssimas oportunidades, unicamente para evitar forte volatilidade. O déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, que o país precisou financiar com divisas, caiu drasticamente. Em 2014, Brasil tinha registrado um déficit no balanço de pagamentos de US\$ 104,1 bilhões. Em 2017 foi de apenas US\$ 9,8 bilhões (0,48% do PIB). Por sua vez, os investimentos diretos estrangeiros alcançaram US\$ 70,3 bilhões. Ou seja, as contas externas do Brasil estão extremamente robustas.



O mercado financeiro refletiu a melhora da confiança e tanto o risco Brasil caiu quanto a Bolsa subiu. No começo de 2017, o risco País estava acima dos 300 pontos e em dezembro fechou em 240 pontos. Já o índice Bovespa registrou valorização de 26,9%.

Índice Bovespa



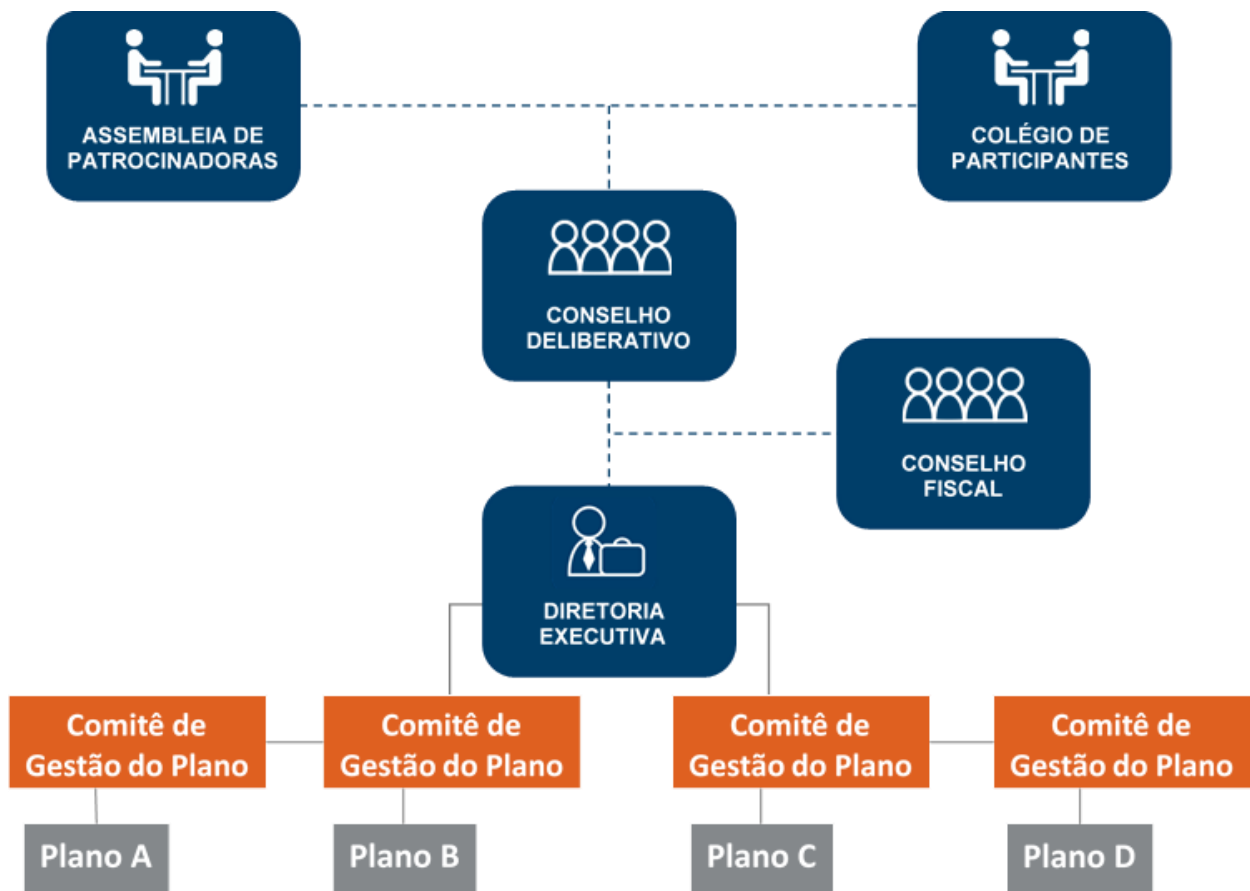
O ano de 2018 promete ser de bastante volatilidade pela incerteza das eleições, mas no que depende da condução da política econômica não devemos esperar grandes surpresas e sim a continuidade da inflação baixa, juros baixos e crescimento econômico.

(Panorama Econômico realizado por Victoria Werneck – Economista Chefe do Grupo Icatu Seguros)

RESULTADOS DA ENTIDADE EM 2017

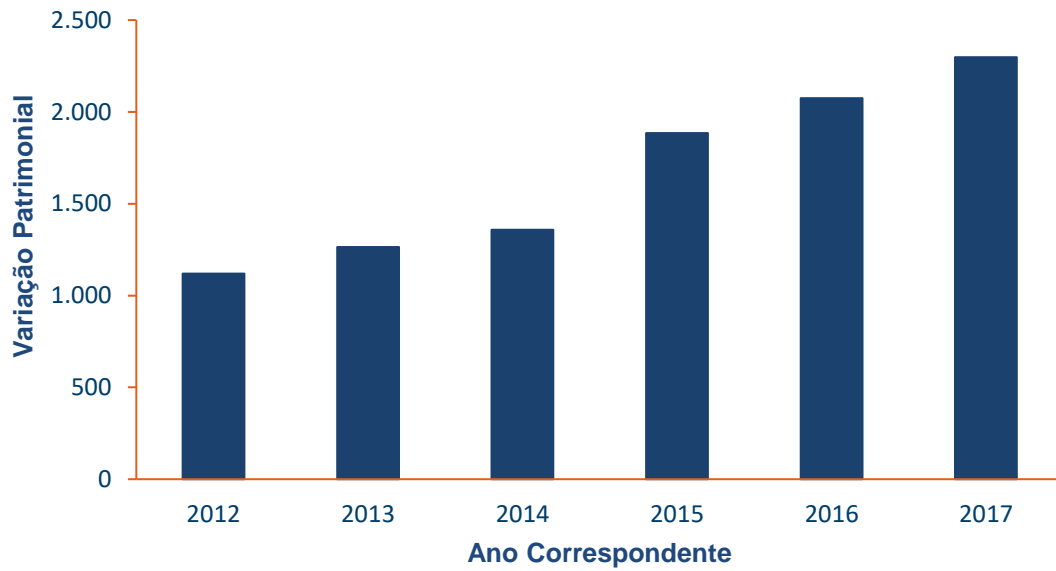
ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

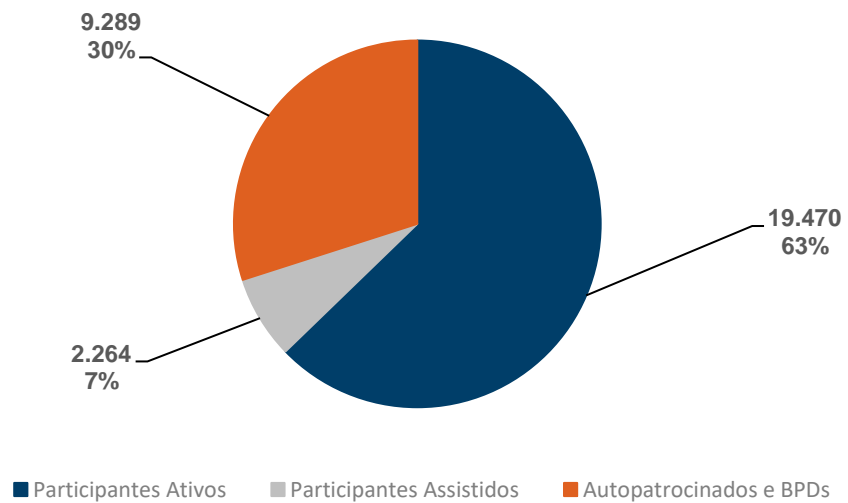


NÚMEROS DA ENTIDADE

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (em R\$ milhões)



Participantes IcatuFMP



**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS
DA ENTIDADE**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DA ENTIDADE

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)							
ATIVO	Nota	2017	2016	PASSIVO	Nota	2017	2016
DISPONÍVEL	5	6.833	6.911	EXIGÍVEL OPERACIONAL	9	14.865	16.028
REALIZÁVEL		2.332.725	2.102.126	Gestão Previdencial		6.977	9.290
Gestão Previdencial	6	8.915	11.766	Gestão Administrativa		2.295	2.422
Gestão Administrativa	7	7.446	7.128	Investimentos		5.593	4.316
Investimentos	8	2.316.364	2.083.232	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	10	26.630	19.001
Fundos de Investimento	8.1	2.289.327	2.062.041	Gestão Previdencial	10.4	753	827
Empréstimos e Financiamentos	8.5	7.325	7.365	Gestão Administrativa	10.4	4.488	2.670
Depósitos Judiciais / Recursais	10.4	19.712	13.826	Investimentos	10.4	21.389	15.504
				PATRIMÔNIO SOCIAL		2.298.063	2.074.008
				Patrimônio de Cobertura do Plano		2.200.550	1.989.887
				Provisões Matemáticas	11	2.137.971	1.941.134
				Benefícios Concedidos		893.561	833.583
				Benefícios a Conceder		1.260.070	1.123.930
				(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(15.660)	(16.379)
				Equilíbrio Técnico	12	62.579	48.753
				Resultados Realizados		62.579	48.753
				Superávit Técnico Acumulado		62.579	48.753
				Fundos	13	97.513	84.121
				Fundos Previdenciais		90.395	77.235
				Fundos Administrativos		7.118	6.886
TOTAL DO ATIVO		2.339.558	2.109.037	TOTAL DO PASSIVO		2.339.558	2.109.037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)			
DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	2.074.008	1.884.615	10%
1. Adições	335.731	381.789	-12%
(+) Contribuições Previdenciais	85.182	77.784	10%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	235.715	291.960	-19%
(+) Reversão Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	70	-	100%
(+) Receitas Administrativas	13.851	11.177	24%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa	913	868	5%
2. Destinações	(111.676)	(192.396)	-42%
(-) Benefícios	(97.145)	(180.741)	-46%
(-) Constituição Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	-	(233)	-100%
(-) Despesas Administrativas	(13.883)	(10.881)	28%
(-) Constituição Líquida de Contingências – Gestão Administrativa	(648)	(541)	20%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	224.055	189.393	18%
(+/-) Provisões Matemáticas	196.837	161.287	22%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	13.826	12.746	8%
(+/-) Fundos Previdenciais	13.160	14.737	-11%
(+/-) Fundos Administrativos	232	623	-63%
4. Operações Transitórias	45.665	-	100%
(+/-) Operações Transitórias	45.665	-	100%
B) Patrimônio Social - final no exercício (A+3+4)	2.298.063	2.074.008	11%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)			
DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	6.886	6.263	10%
1. Custeio da Gestão Administrativa	14.764	12.045	23%
1.1. Receitas	14.764	12.045	23%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	6.972	6.983	0%
Custeio Administrativo dos Investimentos	6.479	4.035	61%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	66	61	8%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	913	868	5%
Outras Receitas	334	98	241%
2. Despesas Administrativas	(13.884)	(10.881)	28%
2.1. Administração Previdencial	(4.813)	(4.791)	0%
Serviços de terceiros	(4.718)	(3.981)	19%
Despesas gerais	(95)	(807)	-100%
Outras Despesas	-	(3)	-100%
2.2 Administração de Investimentos	(8.399)	(6.065)	38%
Treinamento/congressos e seminários	(48)	(48)	0%
Serviços de terceiros	(7.144)	(5.132)	39%
Despesas gerais	(317)	(328)	-3%
Tributos	(166)	(154)	8%
Outras Despesas	(724)	(403)	80%
2.4 Outras Despesas	(672)	(25)	2588%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(648)	(541)	20%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	232	623	-63%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	232	623	-63%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	7.118	6.886	3%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Icatu Fundo Multipatrocinado (“IcatuFMP”), é uma entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinado, sem fins lucrativos, constituída em 1996 em conformidade com a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, sob a forma de Sociedade Civil, sendo seu funcionamento autorizado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social através da Portaria MPAS nº 3.079, de 12 de março de 1996.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como finalidade principal, suplementar os benefícios previdenciários a que têm direito os participantes e seus dependentes, nos termos dos regulamentos dos planos de benefícios.

Os benefícios abrangidos pelos planos de benefícios são os seguintes:

- Aposentadoria normal, antecipada, por idade, por invalidez, postergada e proporcional diferida;
- Pensão por morte e auxílio doença;
- Benefício mínimo nos casos de invalidez e morte;
- Institutos: Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido (BPD), Portabilidade e Resgate.

1.1. PLANOS E PARTICIPANTES

Na condição de entidade multipatrocinada e administradora de planos múltiplos, em 31 de dezembro de 2017 o IcatuFMP possui 40 planos ativos (2016, 39 planos ativos), distribuídos conforme a seguir:

PLANOS	TOTAL DE PARTICIPANTES						MÉDIA DE IDADE					
	ATIVOS		ASSISTIDOS		PENSIONISTAS		ATIVOS		ASSISTIDOS		PENSIONISTAS	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Acrinor	27	31	25	25	-	1	52	52	61	60	-	61
Ajinomoto	4.282	3.958	62	56	7	7	34	37	63	62	58	57
AT&T GNS	284	306	4	3	-	-	41	40	65	65	-	-
Basell	91	89	2	2	-	-	39	39	60	59	-	-
BD Multipatrocinado	6	8	122	121	26	25	54	54	64	64	62	62
BNY Mellon	9	12	4	3	-	-	50	51	60	60	-	-
CARESTREAMPREV	125	123	9	9	-	-	42	41	57	57	-	-
CD XPREV	695	675	147	150	36	44	38	37	70	69	69	67
CMSPREV	2.915	2.413	4	3	-	-	35	34	58	59	-	-
Continental	2.606	2.585	28	23	1	1	38	38	62	63	49	48
Conv. Adm. Telepar	-	-	1	1	-	-	-	-	63	62	-	-
Copenor	74	72	44	48	6	6	45	44	64	64	55	53
Dacarprev	69	70	2	1	-	-	44	43	60	59	-	-
Deten	206	210	72	79	3	3	42	43	60	60	40	41
FCC	239	232	63	52	5	5	40	41	61	62	55	58
GBarbosa	5.057	5.540	-	-	-	2	36	36	-	-	-	54
GPC Química	129	130	1	1	-	-	41	40	75	74	-	-
Icatu	1.467	1.354	28	26	1	1	37	37	68	67	-	-
Intelig	392	409	10	8	-	-	46	46	62	63	-	-
Keysigth	48	-	11	-	-	-	44	-	63	-	-	-
BD Lanxessprev	87	88	136	142	71	71	47	55	72	64	68	62
Lufthansa	129	122	49	47	7	7	43	44	71	71	72	71
Metalsa	523	495	7	7	-	-	38	38	59	59	-	-
Otis	3.230	3.229	40	37	1	1	41	40	65	65	-	-
Petroflex	289	302	15	14	5	6	41	40	63	63	48	46
PPG	1.143	1.118	31	29	1	2	39	39	63	63	44	46
Precin	261	305	57	60	35	34	38	39	76	77	63	62
Previkodak	140	158	390	399	45	42	46	45	64	63	61	61
Previnor CD	19	21	322	350	58	62	56	55	68	67	56	56
Sabic	126	119	3	3	-	-	41	40	64	63	-	-
Springer	3.027	2.769	21	17	2	2	39	37	61	62	-	-
Starret	398	401	7	6	1	1	44	44	68	66	-	-
PBS Tele Celular Sul	-	-	19	20	1	1	-	-	65	65	57	56
PBS Tele Nordeste Celular	12	12	30	30	1	1	53	52	66	61	49	48
Thermadyne	1	1	-	-	-	-	55	54	-	-	-	-
TIMPrev Nordeste	40	43	61	60	1	1	50	49	60	60	53	52
TIMPrev Sul	38	42	70	68	6	6	50	50	63	62	57	56
T-Systems	575	603	46	40	-	-	42	42	63	62	-	-
Total	28.759	28.045	1.943	1.940	320	332						

No quadro acima não estão incluídos o Plano Rio Polímeros de Contribuição Definida e o Plano Suzano de Contribuição Definida, tendo em vista que os mesmos não possuem participantes, ativos, assistidos e pensionistas.

1.1.1. PLANOS ATIVOS

1. Plano Acrinor de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0028-56, patrocinado por Acrinor – Acrilonitrila do Nordeste S.A., com a transferência de gerenciamento aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC (extinta) através da Portaria nº 1.252, publicada no D.O.U de 02/07/2007;
2. Plano Ajinomoto de Previdência: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 1999.0017-29, patrocinado pela Ajinomoto do Brasil Indústria e Comércio

de Alimentos Ltda., com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através do Ofício nº 1.475/SPC/DETEC/CGAT de 11/10/2005;

3. Plano de Benefícios AT&T GNS: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 1999.0036-83, patrocinado por AT&T Global Network Services Brasil Ltda., com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através Portaria nº 2.573, publicada no D.O.U de 23/10/2008;
4. Plano Basell de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0021-47, patrocinado por Basell Poliolefinas Ltda., com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através da Portaria nº 1.251, publicada no D.O.U de 02/07/2007;
5. Plano de Benefício Definido Multipatrocinado: plano na modalidade de benefício definido, não contributivo e fechado para novas adesões, cadastrado no CNPB sob o nº 1988.0030-83, patrocinado por Acrinor – Acrilonitrila do Nordeste S.A., Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste, Deten Química S.A., Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. e Arlanxeo do Brasil S.A. (antiga denominação Lanxess Elastômeros do Brasil S.A), com a transferência de gerenciamento do Plano aprovada pela SPC através da Portaria nº 1.302, publicada no D.O.U de 16/07/2007;
6. Plano de Benefícios BNY Mellon: plano na modalidade de benefício definido, cadastrado no CNPB sob o nº 2010.0054-65, patrocinado por BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com a transferência de gerenciamento aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC através da Portaria nº 898, publicada no D.O.U de 17/11/2010;
7. Plano de Benefícios CarestreamPrev: plano na modalidade de Contribuição Variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2013.0019-83, patrocinado por Carestream do Brasil Comércio e Serviços de Produtos Médicos Ltda., com a transferência de gerenciamento aprovada pela PREVIC através da Portaria nº 488, publicada no D.O.U de 05/09/2014;
8. Plano de Aposentadoria CD XPrev: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2009.0020-83, patrocinado por Lanxess Indústria de Produtos Químicos e Plásticos Ltda. e Arlanxeo do Brasil S.A. (antiga denominação Lanxess Elastômeros do Brasil S.A), com a constituição do Plano aprovada pela SPC através da Portaria nº 2.996, publicada no D.O.U de 12/08/2009;
9. Plano de Benefícios CMSPREV: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2005.0036-38, patrocinado pela Companhia Luz e Força de Mococa, Companhia Jaguari de Energia, Companhia Leste Paulista de Energia, Companhia Sul Paulista de Energia e CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A., com o funcionamento autorizado pela SPC através da Portaria nº 214, publicada no D.O.U de 08/08/2005;
10. Plano de Aposentadoria Previ-Continental: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2009.0035-19, patrocinado por Continental Indústria e Comércio de Peças de Reposição Automotivas Ltda., Continental Brasil Indústria Automotiva Ltda., Continental Indústria e Comércio Automotivos Ltda., Continental Automotive do Brasil Ltda. e Continental do Brasil Produtos Automotivos Ltda., com a constituição do Plano aprovada pela SPC através da Portaria nº 3.264, republicada no D.O.U de 31/12/2009 em decorrência da não inclusão da Patrocinadora Continental Brasil Indústria Automotiva Ltda.;

11. Plano de Benefícios Convênio de Administração Telepar Celular: plano na modalidade de benefício definido, fechado para novas adesões, cadastrado no CNPB sob o nº 2000.0001-18, patrocinado pela Tim Celular S.A, com a transferência de gerenciamento do Plano para a Entidade aprovada pela PREVIC por meio da Portaria nº 79, publicada no D.O.U de 22/02/2013;
12. Plano Copenor de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0020-74, patrocinado por Copenor Companhia Petroquímica do Nordeste, com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através da Portaria nº 1.110, publicada no D.O.U de 21/05/2007;
13. Plano de Benefícios Dacarprev: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2007.0038-56, patrocinado por Dacar Química do Brasil S/A., com a constituição do Plano aprovada pela SPC através da Portaria nº 1.966 publicada no D.O.U de 21/12/2007;
14. Plano Deten de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0026-11, patrocinado por Deten Química S/A., com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através da Portaria nº 1.254, publicada no D.O.U de 02/07/2007;
15. Plano Fábrica Carioca de Catalisadores de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0027-83, patrocinado por Fábrica Carioca de Catalisadores S.A., com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através da Portaria nº 1.253, publicada no D.O.U de 02/07/2007;
16. Plano GPC Química de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0044-92, patrocinado por Meta Administração e Serviços S/C e GPC Química S.A., com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através da Portaria nº 1.115, publicada no D.O.U de 22/05/2007;
17. Plano de Benefícios do Grupo Icatu Seguros: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2005.0029-92, com a constituição do Plano aprovada pela SPC através da Portaria nº 212 de 03/08/2005. Suas patrocinadoras são: Clube de Seguros Icatu, Icatu Capitalização S.A., Icatu Seguros S.A., Icatu Serviços de Administração Previdenciária Ltda., Icatu Vanguarda Administração de Recursos Ltda e Icatu Consultoria de Investimentos Ltda. A alteração da denominação social do Plano de “Plano de Benefícios CD do Grupo Icatu Seguros” para “Plano de Benefícios do Grupo Icatu Seguros”, está aprovada pela PREVIC através da portaria nº 219, publicada no D.O.U de 03/05/2012;
18. Plano de Aposentadoria da Intelig Telecomunicações Ltda.: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2000.0051-11, patrocinado pela Intelig Telecomunicações Ltda., com a transferência de gerenciamento do Plano de Aposentadoria aprovada pela PREVIC por meio da Portaria nº 83, publicada no D.O.U de 22/02/2013;
19. Plano de Benefícios Keysight: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB nº 2016.0020-18, patrocinado pela Keysight Technologies Medição Brasil Ltda. A aprovação da cisão com transferência da parte cindida do Plano de Benefícios Agilent, administrado anteriormente pela HP Prev Sociedade Previdenciária para esta Entidade está aprovada pela PREVIC através da Portaria nº 50.017, publicada no D.O.U de 14/12/2016;

20. Plano de Benefícios BD Lanxessprev: plano na modalidade de benefício definido, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0064-11, patrocinado por Lanxess Indústria de Produtos Químicos e Plásticos Ltda., com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através da Portaria nº 3190, publicada no D.O.U de 25/11/2009;
21. Plano de Benefícios Lufthansa: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 1989.0012-38, patrocinado pela Lufthansa Systems Aktiengesellschaft, Deutsche Lufthansa A.G., Lufthansa Cargo A.G. e Swiss International Air Line A.G com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através do Ofício nº 1.788/SPC/DETEC/CGAT de 30/05/2006;
22. Plano de Aposentadoria Metalsa: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2012.0003-47, patrocinado pela Metalsa Brasil Indústria e Comércio de Autopeças Ltda., Metalsa Centro de Serviços de Consultoria e Assistência Técnica de Autopeças Ltda. e Metalsa Campo Largo Indústria e Comércio de Chassis Ltda. A aprovação da cisão com transferência da parte cindida do Plano da DANAPREV-Sociedade de Previdência Complementar para esta Entidade está aprovada pela PREVIC através da Portaria nº 36, publicada no D.O.U de 31/01/2012;
23. Plano de Benefícios Otis: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2000.0030-11, patrocinado pelo Hamilton Sundstrand Aerospace do Brasil Ltda., Elevadores Otis Ltda., Pratt & Whitney Canadá Do Brasil Ltda., e Seral Otis Indústria Metalúrgica Ltda., com a transferência de gerenciamento aprovada pela PREVIC através da Portaria nº 555, publicada no D.O.U de 15/10/2014;
24. Plano Petroflex de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0024-65, patrocinado por Arlanxeo do Brasil S.A. (antiga denominação Lanxess Elastômeros do Brasil S.A), com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através da Portaria nº 1.109, publicada no D.O.U de 21/05/2007;
25. Plano de Benefícios da PPG: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 1999.0016-56, patrocinado pela PPG Industrial do Brasil – Tintas e Vernizes Ltda., com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC por meio do Ofício nº 1.476/SPC/DETEC/CGAT de 11/10/2005;
26. Precin - Plano de Previdência Complementar Industrial: plano na modalidade de benefício definido, cadastrado no CNPB sob o nº 1988.0005-56, que tem como patrocinadoras: FIEC - Federação das Indústrias do Estado do Ceará, Instituto Euvaldo Lodi - Núcleo Regional do Ceará, SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Departamento do Ceará e SESI - Serviço Social da Indústria Departamento Regional do Ceará. A aprovação de transferência de gerenciamento do Plano para a Entidade ocorreu por meio do Ofício nº 669/2005/GAB/SPC, de 16/03/2005;
27. Plano de Benefícios PreviKodak: plano na modalidade de contribuição variável cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0022-11, patrocinado pela Kodak Brasileira Comércio de Produtos para Imagem e Serviços Ltdae PreviKodak Sociedade Previdenciária com a transferência de gerenciamento aprovada pela PREVIC através da Portaria nº 429, publicada no D.O.U de 14/08/2014;
28. Plano Previnor de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0022-11, patrocinado pela Previnor Associação de

Previdência Privada, com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC por meio da Portaria nº 1.327, publicada no D.O.U de 30/07/2007;

29. Plano de Benefícios Sabic-Prev: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2008.0032-56, patrocinado por Sabic Innovative Plastics South America – Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., com a transferência de gerenciamento da parte cindida da patrocinadora Sabic para a Entidade aprovada pela SPC por meio da Portaria nº 2.580, publicada no D.O.U de 30/10/2008;
30. Plano de Benefícios Springer: plano na modalidade de contribuição variável cadastrado no CNPB sob o nº 1999.0010-11, patrocinado pela Springer Carrier Ltda., Climazon Industrial Ltda., Carrier Refrigeração Brasil Ltda., Kidde Brasil Ltda., Climate, Controls & Security do Brasil Ltda., UTCPREV – Fundo Múltiplo de Previdência Privada e Freightwatch Brasil Consultoria de Segurança Ltda com a transferência de gerenciamento aprovada pela PREVIC através da Portaria nº 556, publicada no D.O.U de 15/10/2014; Registramos que em 28/10/2015 a UTCPREV Fundo Múltiplo de Previdência Privada solicitou a rescisão do Convênio de Adesão e retirada de patrocínio como patrocinadora do Plano de Benefícios Springer. Em 04/12/2015, por meio do Ofício nº 3292 foi disponibilizado o Despacho nº 389 em que a PREVIC autoriza o processo da retirada;
31. Plano Starrett de Benefícios: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2001.0020-92, patrocinado pela Starrett Indústria e Comércio Ltda., com a transferência de gerenciamento do Plano aprovada pelo Ofício nº 1.787/SPC/DETEC/CGAT, de 30/05/2006;
32. Plano de Benefícios da Tele Celular Sul: plano na modalidade de benefício definido, fechado para novas adesões, cadastrado no CNPB sob o nº 2000.0010-92, patrocinado pela Tim Celular S.A. e Tim Participações S.A., com a transferência de gerenciamento do Plano aprovada pela PREVIC por meio da Portaria nº 82, e publicada no D.O.U de 22/02/2013;
33. Plano de Benefícios Tele Nordeste Celular: plano na modalidade de benefício definido, fechado para novas adesões, cadastrado no CNPB sob o nº 2000.0012-38, patrocinado pela Tim Celular S.A. e Tim Participações S.A., com a transferência de gerenciamento do Plano aprovada pela PREVIC por meio da Portaria nº 78, e publicada no D.O.U de 22/02/2013;
34. Plano de Benefícios TIMPrev Nordeste: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2002.0020-29, patrocinado pela Tim Celular S.A. e Tim Participações S.A., com a transferência de gerenciamento do Plano aprovada pela PREVIC por meio da Portaria nº 80, e publicada no D.O.U de 22/02/2013;
35. Plano de Benefícios TIMPrev Sul: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2002.0021-18, patrocinado pela Tim Celular S.A. e Tim Participações S.A., com a transferência de gerenciamento do Plano aprovada pela PREVIC por meio da Portaria nº 81, e publicada no D.O.U de 22/02/2013;
36. Plano de Aposentadoria T-Systems: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2007.0011-11, patrocinado pela T-Systems do Brasil Ltda. O processo de cisão com transferência entre Entidades Fechadas de Previdência Complementar está aprovado pela SPC através da Portaria nº 1.160 e publicada no D.O.U de 04/06/2007.

1.1.2. PLANOS ATIVOS – Em processo de Retirada de Patrocínio

1. Plano Rio Polímeros de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2003.0017-19, patrocinado por Rio Polímeros S.A., com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através da Portaria nº 1.136, publicada no D.O.U de 22/05/2007. Aprovada a retirada de patrocínio conforme Despacho do Diretor nº 37, publicado no D.O.U de 20/09/2011;
2. Plano Suzano de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0025-38, patrocinado por Braskem Petroquímica S.A. (atual denominação social de Quattor Petroquímica S.A.), com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através da Portaria nº 1.338, publicada no D.O.U de 01/08/2007. Aprovada retirada de patrocínio conforme Portaria nº 596, publicada no D.O.U de 14/10/2011;
3. Plano de Benefícios Thermadyne Victor: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 1998.0004-19, patrocinado por Thermadyne Victor, com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através do Ofício nº 1.474/SPC/DETEC/CGAT de 11 de outubro de 2005. Aprovada a retirada de patrocínio total conforme Despacho da Diretora nº 35, publicado no D.O.U de 24/12/2008;
4. Aprovada retirada parcial de patrocínio da Patrocinadora Braskem Petroquímica S.A. (atual denominação de Quattor Petroquímica S.A.), do Plano de Benefício Definido Multipatrocinado, conforme Portaria nº 685, publicada no D.O.U de 15/12/2011;
5. Aprovada retirada parcial de patrocínio da Patrocinadora Braskem S/A (incorporadora da Politeño Indústria e Comércio S/A), do Plano de Benefício Definido Multipatrocinado, conforme Despacho do Diretor nº 02, publicado no D.O.U de 04/02/2010;
6. Plano de Benefícios G. Barbosa: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0035-11, patrocinado por Cencosud Brasil Comercial Ltda. (atual denominação social da GBarbosa Comercial Ltda.), com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através do Ofício nº 2.388/SPC/DETEC/CAT de 30/06/2006. Em 17/07/2014 a Ceconsud Brasil Comercial Ltda. solicitou a retirada de patrocínio do Plano de Benefícios G. Barbosa. Em 13/01/2016, foi publicada no D.O. U a aprovação da retirada de patrocínio da empresa Cencosud Brasil Comercial Ltda. do Plano de Benefícios G. Barbosa e o 2º Termo aditivo e Consolidação do termo de Retirada Total de Patrocínio firmado em 23/10/2015;
7. Aprovada retirada parcial de patrocínio da Patrocinadora UTCPrev – Fundo Múltiplo de Previdência Privada do Plano de Benefícios Springer, conforme Portaria nº 273, publicada no D.O.U de 05/04/2017;

1.2. OUTRAS MOVIMENTAÇÕES NOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

1.2.1. Convênio de Adesão

Em relação ao Plano Ajinomoto de Previdência, a PREVIC aprovou a adesão da Patrocinadora Ajinomoto Animal Nutrition do Brasil Indústria e Comércio Ltda., por meio do Ofício nº 50125/2016/PREVIC, de 15/12/2016. Ressalte-se que, por se tratar de processo de licenciamento automático, não houve publicação no Diário Oficial da União, sendo a adesão retroativa a adesão em 31/05/2016, data do protocolo inicial.

Em relação ao Plano Ajinomoto de Previdência, a PREVIC aprovou o 1º Aditivo ao Convênio de Adesão ao Plano Ajinomoto de Previdência para prever a incorporação da Ajinomoto Biolatina Indústria e Comércio Ltda. e da Ajinomoto Interamericana Indústria e Comércio Ltda. pela Ajinomoto do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. por meio da Nota nº 600 de 11/05/2017, publicada no DOU em 12/05/2017 pela Portaria nº 505.

Em relação ao Plano de Benefícios AT&T GNS, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 96/2017/PREVIC de 09/02/2017, publicada no DOU em 13/02/2017 pela Portaria nº 115.

Em relação ao Plano de Benefícios BNY-Mellon, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Ofício nº 187/2017/PREVIC de 20/03/2017, publicada no DOU em 30/03/2017 pela Portaria nº 248.

Em relação ao Plano de Aposentadoria CD XPREV, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 449/2017/PREVIC de 07/07/2017, publicada no DOU em 18/07/2017 pela Portaria nº 701.

Em relação ao Plano de Benefícios do Grupo Icatu Seguros, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 593/2017/PREVIC de 29/08/2017, publicada no DOU em 31/08/2017 pela Portaria nº 824.

Em relação ao Plano de Benefícios CMSPREV, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 840/2017/PREVIC de 01/12/2017, publicada no DOU em 01/12/2017 pela Portaria nº 1.111. Ressalte-se que, por se tratar de processo de licenciamento automático, a vigência do Regulamento é retroativa, ou seja, a partir do protocolo na PREVIC: 12/06/2017

Em relação ao Plano de Benefícios PBS Tele Celular Sul, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 824/2017/PREVIC de 28/11/2017, publicada no DOU em 30/11/2017 pela Portaria nº 1.100. Ressalte-se que, por se tratar de processo de licenciamento automático, a vigência do Regulamento é retroativa, ou seja, a partir do protocolo na PREVIC: 05/07/2017

Em relação ao Plano de Benefícios PBS Tele Nordeste Celular, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 839/2017/PREVIC de 01/12/2017, publicada no DOU em 30/11/2017 pela Portaria nº 1.106. Ressalte-se que, por se tratar de processo de licenciamento automático, a vigência do Regulamento é retroativa, ou seja, a partir do protocolo na PREVIC: 06/07/2017.

Em relação ao Plano de Benefícios PBS Timprev Nordeste, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 841/2017/PREVIC de 01/12/2017, publicada no DOU em 06/12/2017 pela Portaria nº 1.110. Ressalte-se que, por se tratar de processo de licenciamento automático, a vigência do Regulamento é retroativa, ou seja, a partir do protocolo na PREVIC: 06/07/2017

Em relação ao Plano de Benefícios PBS Timprev Sul, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 843/2017/PREVIC de 07/12/2017, publicada no DOU em 11/12/2017 pela Portaria nº 1.114. Ressalte-se que, por se tratar de processo de licenciamento automático, a vigência do Regulamento é retroativa, ou seja, a partir do protocolo na PREVIC: 07/07/2017

Em relação ao Plano de Benefícios Lufthansa, a PREVIC aprovou o 2º Aditivo ao Convênio de Adesão da empresa Swiss International Air Line A.G ao Plano de Benefícios Lufthansa por meio da Nota nº 1.129 de 16/08/2017, publicada no DOU em 18/08/2017 pela Portaria nº 763.

Em relação ao Plano de Benefícios do Grupo Icatu Seguros, a PREVIC aprovou o 2º Aditivo ao Convênio de Adesão da empresa Icatu Consultoria de Investimentos Ltda ao Plano de Benefícios do Grupo Icatu Seguros por meio da Nota nº 1.294 de 18/09/2017, publicada no DOU em 20/09/2017 pela Portaria nº 906.

Em relação ao Plano de Benefícios PreviKodak, a PREVIC aprovou o 1º Aditivo ao Convênio de Adesão da empresa Kodak Brasileira Comércio de Produtos para Imagem e Serviços Ltda ao Plano de Benefícios por meio da Nota nº 1.469 de 27/10/2017, publicada no DOU em 31/10/2017 pela Portaria nº 1.023.

Em relação ao Plano de Benefícios Otis, a PREVIC aprovou o 1º Aditivo ao Convênio de Adesão da empresa Freightwatch Brasil Consultoria de Segurança Ltda ao Plano de Benefícios Otis por meio da Nota nº 1.563 de 20/11/2017, publicada no DOU em 21/11/2017 pela Portaria nº 1.081.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidade do Icatu Fundo Multipatrocinado ("Icatu FMP"), representando o conjunto dos planos mantidos por suas patrocinadoras, e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC (extinto), pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC que sucedeu a CGPC, e pela PREVIC, que sucedeu a SPC. As autarquias extintas aqui mencionadas possuem Normas que permanecem em vigor.

A resolução vigente que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar é a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e suas alterações posteriores, e estão de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil e em observância à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcionando informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que uma apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 R1.

Os registros contábeis são efetuados em duas gestões distintas: Previdencial e Administrativa além do Fluxo dos Investimentos, que é comum às duas gestões, segundo a natureza e a finalidade das transações.

A legislação supracitada prevê a apresentação dos seguintes demonstrativos contábeis:

- I - Balanço Patrimonial - Consolidado;
- II - Demonstração da Mutações do Patrimônio Social (DMPS) - Consolidada;
- III - Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DMAL);

- IV - Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL);
- V - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) - Consolidada;
- VI - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios (DPGA) - Facultativa;
- VII - Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT).

Considerando que a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) apresentada por Plano de Benefícios é facultativa, a administração do ICATUFMP decidiu pela não apresentação desta informação.

A autorização para a conclusão dessas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria Executiva da entidade em 26/03/2018, e por seu Conselho Fiscal 27/03/2018 e Conselho Deliberativo em 29/03/2018. Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade IcatuFMP.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo IcatuFMP são apresentadas a seguir:

3.1 SEGREGAÇÃO DOS REGISTROS CONTÁBEIS

Os registros contábeis são segregados por planos de benefícios, observados os seguintes critérios:

- Os planos de benefícios são criados e mantidos para atender aos empregados, assistidos e pensionistas de cada uma das patrocinadoras, de acordo com seus respectivos regulamentos;
- Os planos de benefícios não respondem solidariamente entre si, observada a legislação vigente; e
- O custeio de cada plano de benefício é independente e o Patrimônio Social é controlado separadamente.

3.2. ATIVO REALIZÁVEL

3.2.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativos às contribuições das patrocinadoras e participantes.

3.2.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

3.2.3. FLUXO DOS INVESTIMENTOS

Fundos de Investimentos

Considerando as disposições das Resoluções do CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e do CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários são classificados em

duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da Entidade na data de aquisição, atendendo aos seguintes critérios:

(I) Títulos para negociação – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição. Estes títulos são avaliados ao valor justo por meio de resultado e seus efeitos reconhecidos em conta específica;

(II) Títulos mantidos até o vencimento – quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título. Estes títulos são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, até a data do balanço.

3.2.4. OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

As operações com participantes referem-se a empréstimos financeiros e seus saldos são apresentados pelo valor líquido composto do principal acrescido mensalmente dos juros e reduzidos pela provisão das parcelas com atraso de recebimento superiores a 61 dias, quando aplicável.

3.2.5. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para direitos creditórios de liquidação duvidosa é constituída em conformidade aos critérios definidos no item 11 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009. As provisões são contabilizadas em conta de resultado dos investimentos do plano, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento no ativo.

3.3. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Registra as obrigações decorrentes de direitos a benefícios pelos participantes, prestação de serviços de terceiros, obrigações fiscais, repasses a terceiros, sendo acrescidos, quando aplicável, das correspondentes variações monetárias incorridas. Todos os registros são realizados respeitando as origens e finalidades quanto à classificação da gestão seja esta previdencial, administrativa ou investimentos.

3.4. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Registra a constituição de provisão para processos ajuizados com probabilidade de perda provável, relacionados aos processos administrativos ou judiciais, tendo como base a avaliação dos consultores jurídicos e a gestão que originou a contingência seja esta previdencial, administrativa ou investimentos, em conformidade à planificação contábil vigente. As ações com probabilidade de perda possível são divulgadas nas notas explicativas.

3.5. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social dos planos de benefícios é constituído para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.

3.5.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Os planos de benefícios administrados pelo IcatuFMP adotam regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais em consonância com a legislação vigente, modalidade de

plano e adequados ao perfil da massa de participantes e assistidos, guardando relação direta com as obrigações e compromissos assumidos pelos planos de benefícios. Tanto os regimes financeiros quanto os métodos de financiamento estão dispostos nos pareceres e notas técnicas atuariais dos planos de benefícios.

Em conformidade com esses regimes e métodos, as provisões matemáticas registram:

- Nas contas de Contribuição Definida: a acumulação efetiva dos saldos individualizados e atualizados pela rentabilidade líquida apurada do plano; e
- Nas contas de Benefício Definido: o montante acumulado, calculado atuarialmente, para custear os benefícios a serem pagos aos participantes e/ou assistidos, deduzidos do fluxo de contribuições futuras dos mesmos.

3.5.1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Correspondem ao valor presente de todos os benefícios da Entidade para com os atuais aposentados e pensionistas dos planos de benefícios, líquido das contribuições futuras, quando aplicável.

3.5.1.2. BENEFÍCIOS A CONCEDER

Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros (ainda não concedidos) dos participantes que não adquiriram o direito a aposentadorias ou pensões, líquido das contribuições futuras, quando aplicável.

3.5.1.3. PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR

Correspondem às parcelas a serem integralizadas ao Patrimônio para Cobertura dos Planos, decorrente de “Serviço Passado” e “Déficit Equacionado”, representando o valor atual das contribuições futuras a serem efetuadas por patrocinadora, participantes e assistidos dos planos de benefícios, conforme determinado em Plano de Custeio.

3.5.2. EQUILÍBRIO TÉCNICO

A apuração do resultado do plano de benefícios é realizada ao final de cada exercício com base na avaliação atuarial, que tem como objetivo principal dimensionar o valor das provisões matemáticas, dos fundos previdenciais e de outros compromissos do plano de benefícios, de forma a estabelecer o adequado plano de custeio. Deve ser entendida como um instrumento fundamental para o fornecimento de informações estratégicas sobre o plano de benefícios, que permita o planejamento de longo prazo das suas obrigações de natureza previdencial.

O surgimento de desequilíbrios técnicos, sejam esses superavitários ou deficitários, apresentados reiteradamente pelo plano de benefícios exigem um maior monitoramento e controle por parte dos dirigentes e conselheiros. Para evitar esses desequilíbrios, é necessário um constante acompanhamento das avaliações atuariais e das necessidades do plano de forma a promover, no tempo adequado, e de forma pertinente, os ajustes e atualizações do custeio do plano e de seus parâmetros atuariais, requeridos para manutenção permanente de seu equilíbrio econômico e financeiro.

A destinação e utilização do superávit ou o equacionamento do déficit ocorrem em conformidade à Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, bem como por suas alterações posteriores.

3.5.2.1. SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO

É constituído pelo excedente patrimonial em relação às provisões matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquirem característica de benefício definido na fase de concessão do plano.

Desse excedente, o valor correspondente até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total daquelas provisões matemáticas ou até o limite calculado com base na duração do passivo do plano, dos dois, o que for menor, será destinado à reserva de contingência, classificada em subgrupo do superávit técnico.

Caso o valor do superávit do plano de benefícios exceda o limite da reserva de contingência, deve ser constituída reserva especial para revisão do plano de benefícios. A revisão do plano poderá ser feita de forma voluntária, a partir dos valores constituídos na reserva especial, sendo obrigatória após o decurso do prazo previsto na legislação.

3.5.2.2. DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO

Corresponde à insuficiência patrimonial para cobertura dos compromissos do Plano de Benefícios, apurada ao final de cada exercício.

Na Avaliação Atuarial anual será analisada, com base na legislação vigente, a necessidade da elaboração do plano de equacionamento do déficit, visando o equilíbrio do plano mediante a revisão do custeio.

O déficit atuarial pode ter natureza conjuntural, quando tem origem em fatores sazonais ou ocasionais sujeitos à reversão no curto prazo, ou natureza estrutural, quando tem origem em fatores mais estáveis, com baixa probabilidade de reversão em curto ou médio prazo. Este último exige tratamento imediato, demandando uma revisão da modelagem do plano, de forma a promover uma reestruturação de suas bases econômicas, financeiras, atuariais ou de gestão.

3.5.3. FUNDOS

3.5.3.1. FUNDOS PREVIDENCIAIS

3.5.3.1.1. REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR

Reversão de Contribuição – é constituída pelos saldos de conta da patrocinadora referente aos participantes que se desligaram da patrocinadora e do plano sem direito ao resgate total ou parcial das contribuições efetuadas pela patrocinadora. Sua utilização é definida no regulamento do plano e está descrita no respectivo parecer atuarial.

3.5.3.1.2. REVISÃO DE PLANO

Os recursos excedentes no superávit técnico do plano registrados na Reserva Especial para Revisão do Plano por 03 (três) anos consecutivos, o qual serão objeto de estudo a patrocinadora efetuará para definição da distribuição, destinação e utilização deste fundo, nos termos da legislação vigente e aprovação do órgão regulador.

3.5.3.1.3. ATUARIAL OUTROS – PREVISTOS EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL

Valor definido pelo Atuário na data da Avaliação com o objetivo de cobertura de anti-seleção de riscos, oscilações de riscos ou mesmo para alocar recursos destinados a futuras alterações de plano. Em 2017 e 2016 esta classificação abrange: o Fundo de Benefício de Risco; o Fundo de Retirada de Patrocínio e o Fundo de Revisão do plano - autopatrocinados, conforme demonstrativo apresentado no item 13 às Notas Explicativas.

3.5.3.2 Fundos Administrativos

São constituídos pelas sobras financeiras das contribuições destinadas ao custeio das despesas administrativas, e no caso de reversão refletem a existência de despesas maiores que as receitas.

3.6 RESULTADO DAS OPERAÇÕES

O resultado é apurado pelo regime de competência, excetuando-se as contribuições de autopatrocinados, que são registrados no momento da efetiva contribuição.

As operações administrativas são registradas de forma exclusiva e separada dos demais fluxos da Entidade, no denominado “Plano de Gestão Administrativa”.

3.7 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08/2011, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

De acordo com o Regulamento do PGA da Entidade, as fontes de custeio de cada plano de benefícios gerido pelo IcatuFMP são homologadas pela Diretoria Executiva, incluídas no orçamento anual e constantes do plano anual de custeio definido atuarialmente.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdenciais e investimentos), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

3.7.1 CRITÉRIO DE RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS - COMUNS

A Resolução CGPC nº 14/2004 que em seu art. 3º estabelece que cada plano de benefícios possui independência patrimonial em relação aos demais planos de benefícios, bem como identidade própria quanto aos aspectos regulamentares, cadastrais, atuariais, contábeis e de investimentos.

As despesas específicas de cada plano de benefícios, não se convertem em objeto de critério de rateio entre os planos, e são custeadas pelo plano a que se referir. As despesas comuns, ou seja, aquelas a que se referem a mais de um plano de benefícios são rateadas observando o critério de rateio aprovado pela Diretoria Executiva da entidade.

3.8. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

3.9.1.1 IMPOSTO DE RENDA

3.9.1.2 - IRRF APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Desde 1º de janeiro de 2005, de acordo com o artigo 5º da Lei nº 11.053, ficam dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidades de previdência complementar.

3.9.1.3 IRPJ e CSLL

De acordo com o artigo 17 da IN SRF N° 588/2005, as entidades fechadas de previdência complementar estão isentas do imposto sobre a renda devido pela pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido.

3.9.1.4 PIS e COFINS

Calculados às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitados aos rendimentos das aplicações, proporcionados pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

3.9. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a redução ao valor recuperável dos ativos, o valor de mercado dos ativos financeiros, as contingências, as provisões matemáticas, as reservas e os fundos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de julgamento e estimativas que envolve sua determinação. A Administração revisa essas estimativas e suas premissas periodicamente.

4. GESTÃO DE RISCO

O processo de avaliação de riscos se baseia em identificar e considerar as implicações e relevância dos riscos envolvidos no âmbito da Entidade, ou seja, nos seus negócios e nos processos que lhes dão suporte. A Entidade considera, a dimensão e complexidade de suas operações, bem como fatores externos e internos que possam afetar o cumprimento adequado dos seus objetivos.

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perda decorrente do não recebimento de um determinado valor monetário, ou o recebimento de valor menor do que o pactuado, devido à incapacidade, total ou parcial, de pagamento de uma contraparte, seja ela o emissor de um título de crédito privado, público ou até mesmo algum participante que não pague uma parcela do empréstimo concedido pelos Planos que possuem alocação neste segmento. De forma bastante simples, é possível relacionar risco de crédito à inadimplência.

Diante da falta de modelos estatísticos consagrados e ajustados para o mercado brasileiro, utilizamos os ratings divulgados pelas agências especializadas neste assunto para avaliar o risco de crédito dos investimentos.

Para os limites deste risco, considera-se o risco de um título da dívida pública mobiliária federal como um baixo risco de crédito.

Em relação às operações com participantes, é efetuado o acompanhamento periódico do nível de inadimplência das carteiras, ocasionando alterações nas regras de concessão e a realização de cobranças dos valores em aberto como forma de mitigar o risco de crédito da carteira.

4.2 RISCO DE MERCADO

Entende-se como risco de mercado o risco de perdas em decorrência de oscilações nos preços dos ativos causados, majoritariamente, por mudanças em variáveis econômicas e financeiras, como taxa de juros, taxas de câmbio, preço das ações e de commodities. Em outras palavras, o risco de mercado manifesta-se quando o valor de uma carteira oscila em função de variações ocorridas nos preços dos ativos financeiros.

A gestão do risco de mercado é sustentada pelos limites contidos nas Políticas de Investimentos, as quais são transmitidas para os gestores dos fundos de investimentos de forma que a gestão dos recursos mantenha, no conjunto, dentro dos patamares definidos.

4.3 RISCO DE LIQUIDEZ

A exposição ao risco de liquidez se dá em duas situações. Na primeira, se relaciona com a possibilidade de não haver recursos suficientes para fazer jus a uma obrigação financeira em alguma data necessária.

A segunda situação está associada ao risco de se possuir ativos em montante necessário para o cumprimento de uma obrigação, contudo, ao tentar transformá-lo em caixa, o valor obtido com a sua venda pode ser inferior ao pretendido em função da conjuntura do mercado de capitais ou mesmo do volume financeiro que se pretende conseguir com a venda. Deve-se atentar ao fato de que a falta de liquidez e solvência podem coexistir, pois é possível ter ativos suficientes para pagar uma obrigação, sem a possibilidade de transformá-lo em caixa no prazo necessário.

O gerenciamento do risco de liquidez é preocupação constante do IcatuFMP e, como prudência, pode ensejar a alteração do percentual de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata. Com a adoção desta política e monitoramento dos ativos ilíquidos que compõem as carteiras de investimentos dos Planos, espera-se eliminar a possibilidade de que haja qualquer dificuldade em honrar seus compromissos previdenciais no curto prazo.

4.4 RISCO DE SOLVÊNCIA

O risco de solvência se aplica aos planos com parcelas de benefício definido em sua composição e são caracterizados pela possibilidade de o valor presente dos ativos garantidores serem inferiores, em valor monetário, ao valor presente das obrigações.

A gestão desse risco se dá através da realização de estudos de casamento de ativos e passivos (Asset Liability Management – ALM) revistos anualmente com base nos cenários econômicos e respectivas Política de Investimentos e fluxos do passivo, estes característicos de cada Plano de Benefícios.

4.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional está relacionado aos seguintes aspectos inerentes às atividades da Entidade:

- Capacidade de perfeita execução das rotinas e atividades;
- Estrutura física e tecnológica;
- Manutenção da continuidade das operações da Entidade em casos extremos, como falta de luz ou de ocorrência de incêndio;
- Aderência e respeito às normas, regras e legislação vigentes;

Este risco está relacionado à possibilidade de falha, intencional ou não, durante a execução das atividades da Entidade bem como da observância e cumprimento das regras aplicáveis.

Os procedimentos atinentes ao desenvolvimento operacional são monitorados semestralmente através da avaliação dos processos de transmissão de informações e procedimentos operacionais, objetivando a identificação de riscos intrínsecos às operações desenvolvidas pela gestão dos investimentos. Como resultado desse mapeamento, são elaborados planos de ação destinados a mitigar os riscos dessa natureza.

Os riscos que possam comprometer a realização dos objetivos do IcatuFMP são continuamente identificados, avaliados, controlados e monitorados. Os riscos são identificados por tipo de exposição e avaliados quanto à sua probabilidade de incidência e quanto ao seu impacto na Entidade. É realizada também a avaliação de eficácia dos respectivos controles.

Com o objetivo de se adequar às determinações da Resolução CGPC nº 13/2004, o IcatuFMP utiliza um sistema de avaliação de riscos e controles, sendo a ferramenta e a metodologia empregada adquiridas da empresa de consultoria Junqueira de Carvalho, Murgel & Brito - Advogados e Consultores. O mencionado sistema tem como finalidade principal identificar, classificar, medir, controlar e monitorar os riscos da Entidade, bem como servir de ferramenta para fundamentar as conclusões dos relatórios de controles internos emitidos pelo Conselho Fiscal, conforme estabelece o artigo 19 da citada norma.

A matriz de risco é dividida entre os principais macroprocessos da Entidade: Cumprimento de Exigências Legais ao Órgão Regulador; Administração de Documentos Legais; Administração de Órgãos Estatutários; Implantação de Novos Negócios; Comercialização; Planejar Relacionamento; Administração de Operações; Gestão de Pagamentos; Administração de Investimentos; Movimentação Contábil e Riscos Gerais. As medições dos riscos e dos controles são feitas por usuários aptos a captar os riscos inerentes e a identificar os controles preventivos associados aos citados riscos e ocorrem seguindo as orientações e critérios estipulados no Manual de Adequação dos Controles Internos da consultoria.

As matrizes de risco e controles consistem em eficazes ferramentas de monitoramento, além de serem utilizadas no assessoramento e controle de diversas áreas e órgãos estatutários tais como Compliance, Controles Internos, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, servindo igualmente como instrumento de implementação da gestão baseada em risco.

4.6 RISCO LEGAL E COMPLIANCE

É o risco de perda resultante do não cumprimento das leis, regulamentações e/ou Políticas e procedimentos formais. Pode ser: risco de operações em desacordo com as políticas e procedimentos internos, risco de lavagem de dinheiro, riscos de contratos, riscos de fraudes, risco de descumprimento do Regulamento dos Planos de Benefícios e do Estatuto Social, risco de inadequação do provisionamento das contingências judiciais ou risco com órgãos reguladores.

As áreas Jurídica e Compliance do Grupo Icatu Seguros contribuem ativamente através da emissão de pareceres sobre como mitigar riscos legais e de Compliance nas operações da Entidade. Em relação ao acompanhamento e tratamento da legislação do mercado, a área de

Compliance é a responsável pelo acompanhamento do cumprimento das obrigações legais da Entidade por meio do Calendário de Obrigações e pela elaboração dos Planos de Ação junto às áreas para atendimento das novas legislações.

4.7 RISCO SISTÊMICO

O risco sistêmico se relaciona com a ocorrência de eventos que possam afetar um sistema como um todo, que seja ele o sistema no qual se inserem as EFPC ou mesmo o sistema financeiro de um país. O controle deste risco, via de regra, não está ao alcance das Entidades ou agentes dos sistemas, restando a estes o acompanhamento dos marcos regulatórios aplicáveis e do comportamento das variáveis que influenciam a sua atividade.

5. DISPONÍVEL

As disponibilidades da Entidade apresentam a seguinte composição:

Disponibilidades	2017	2016
Disponível	6.833	6.911
Imediato	6.539	5.505
Vinculado	294	1.406
(-) Saldo Credor (vide nota 9)	(4.758)	(3.409)
Total	2.075	3.502

6. GESTÃO PREVIDENCIAL - ATIVO

O Realizável da Gestão Previdencial da Entidade apresenta a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Patrocinadores	4.138	6.870
Contribuições do mês	3.479	4.676
Contribuições em atraso	-	1.417
Contribuições sobre 13º Salário	659	778
Participantes	3.433	3.576
Contribuições do mês	2.879	2.956
Contribuições em BPD	8	9
Contribuições sobre 13º Salário	546	611
Outros recursos a receber	7	-
Contribuições	7	-
Outros realizáveis	1.128	1.107
Tributos a Recuperar	177	24
Outras Contas a Receber ⁽¹⁾	951	1.083
Depósitos Judiciais	209	213
Total	8.915	11.766

⁽¹⁾ Recebimentos diversos cujas principais composições são:

- R\$ 432 referente a despesas a serem reembolsadas de consultoria atuarial e fluxo de quotização entre patrocinadoras.
- R\$ 420 (R\$ 176 em 2016) referente a alteração de reserva CD entre perfis e/ou patrocinadoras, cuja transferência ocorre no mês subsequente.

7. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA - ATIVO

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, que dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de

previdência complementar, a Entidade elaborou o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

A seguir apresentamos o Realizável da Gestão Administrativa:

Descrição	2017	2016
Contas a Receber	2.882	4.380
Contribuições para Custeio	870	1.316
Contribuições para Custeio em atraso ⁽¹⁾	484	1.386
Outros Recursos a Receber ⁽²⁾	1.528	1.678
Depósitos Judiciais / Recursais	4.420	2.617
Outros Realizáveis	145	131
Total	7.446	7.128

(1) R\$ 484 (R\$ 484 em 2016) referente a valores reembolsados no plano Timprev Nordeste onde no passivo previdencial está com a mesma classificação. Este valor refere-se ao repasse de custeio administrativo do Plano para o PGA vinculado ao IFM, cujo registro existe em igual valor no passivo da Gestão Administrativa. Vale ressaltar que o valor foi recebido em dezembro/2017 e sua respectiva transferência/baixa ocorreu no mês subsequente ao custeio e/ou pagamento, janeiro/2018.

(2) Recebimentos diversos cujos principais componentes são:

A - R\$ 1.298 (R\$ 1.067 em 2016), referente a valores a recuperar de pagamento de Seguro Saúde dos Assistidos pago a maior;

B - R\$ 120, referente a valores de tributos a recuperar;

8. INVESTIMENTOS – ATIVO

A seguir apresentamos a distribuição dos investimentos nos exercícios de 2017 e 2016:

Demonstrativo da Composição Consolidada da Carteira de Investimentos	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Fundos de Investimentos	2.289.327	98,83%	2.062.041	98,98%
Ações	77.332	3,34%	199.287	9,57%
Renda Fixa	270.138	11,66%	57.564	-
Multimercado	1.941.857	83,83%	1.805.190	86,65%
Empréstimos e Financiamentos	7.325	0,32%	7.365	0,35%
Empréstimos	8.661	0,37%	8.556	0,41%
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.337)	-0,06%	(1.191)	-0,06%
Investimentos / Depósitos Judiciais/Recursais	19.712	0,85%	13.826	0,66%
Dep. Judicial Investimento	19.712	0,85%	13.826	0,66%
Total do Realizável dos Investimentos	2.316.364	100,00%	2.083.232	100,00%

Os valores das aplicações em fundos de investimentos foram obtidos com base nos valores das quotas divulgados pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

8.1. FUNDOS EXCLUSIVOS E NÃO EXCLUSIVOS

A Entidade possui em sua carteira de investimentos, fundos exclusivos e não exclusivos. A segregação dos ativos da carteira entre as categorias “para negociação” e “mantido até o vencimento” está demonstrada a seguir:

Fundos de Investimento	2017			2016		
	Para Negociação	Até o Vencimento	TOTAL	Para Negociação	Até o Vencimento	TOTAL
Fundos de Investimento - Exclusivos						
Fundos de Renda Fixa	51.427	43.120	94.547	47.319	43.056	90.375
Fundos Multimercado	1.743.427	156.534	1.899.961	1.591.710	153.528	1.745.238
Sub-Total	1.794.854	199.654	1.994.508	1.639.029	196.584	1.835.613
Fundos de Investimento - Não Exclusivos						
Fundos de Renda Fixa	175.591	-	175.591	108.912	-	108.912
Fundos Multimercado	41.896	-	41.896	59.952	-	59.952
Fundos de Ações	77.332	-	77.332	57.564	-	57.564
Sub-Total	294.819	-	294.819	226.428	-	226.428
Total	2.089.673	199.654	2.289.327	1.865.457	196.584	2.062.041

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel e faixas de vencimento dos ativos constantes nos Fundos Exclusivos:

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS CLASSIFICADOS POR PRAZO DE VENCIMENTO									2017			
Títulos Públicos Federais	Para Negociação				Até o Vencimento							
	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos					
LFT	38.136	127.268	49.195	-	-	-	-	214.599				
LTN	-	-	-	-	-	-	-	-				
NTN-B	6.530	150.776	54.588	-	1.466	6.210	154.649	374.219				
NTN-C	-	-	6.288	-	-	-	37.329	43.617				
Operações Compromissadas	31.966	68.876	68.087	-	-	-	-	168.929				
Sub-Total	76.632	346.920	178.158	-	1.466	6.210	191.978	801.364				
Títulos Privados	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos					
CCI	7	(500)	499	-	-	-	-	6				
CDB	3.578	2.390	-	-	-	-	-	5.968				
Debentures	2.732	26.193	7.570	-	-	-	-	36.495				
LF	31.569	29.208	-	-	-	-	-	60.777				
LF Subordinada	5.921	1.084	-	-	-	-	-	7.005				
Cotas de fundos	-	-	-	1.063.931	-	-	-	1.063.931				
Outras aplicações	17.603	2.000	(1.027)	-	-	-	-	18.576				
Sub-Total	61.410	60.375	7.042	1.063.931	-	-	-	1.192.758				
Outros Valores Mobiliários	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos					
Valores a pagar/a receber	-	-	-	-	-	-	-	-				
Tesouraria	-	-	-	386	-	-	-	386				
Sub-Total	-	-	-	386	-	-	-	386				
Total fundos exclusivos	138.042	407.295	185.200	1.064.317	1.466	6.210	191.978	1.994.508				
Outros valores mobiliários	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos					
Fundos de investimentos não exclusivos	-	-	-	294.819	-	-	-	294.819				
Sub-Total	-	-	-	294.819	-	-	-	294.819				
Total investimentos	138.042	407.295	185.200	1.359.136	1.466	6.210	191.978	2.289.327				

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS CLASSIFICADOS POR PRAZO DE VENCIMENTO									2016			
Títulos Públicos Federais	Para Negociação				Até o Vencimento							
	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos					
LFT	24.068	160.686	-	-	-	-	-	184.754				
LTN	-	85	-	-	-	-	-	85				
NTN-B	13.433	99.969	98.904	-	1.111	5.706	151.786	370.909				
NTN-C	-	-	6.706	-	-	-	37.981	44.687				
Operações Compromissadas	21.612	139.225	50.351	-	-	-	-	211.188				
Sub-Total	59.113	399.965	155.961	-	1.111	5.706	189.767	811.623				
Títulos Privados	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos					
CCI	160	18	71	-	-	-	-	249				
CDB	4.755	1.791	-	-	-	-	-	6.546				
Debentures	10.930	34.721	662	-	-	-	-	46.313				
LF	28.411	36.539	-	-	-	-	-	64.950				
LF Subordinada	8.304	8.419	1.102	-	-	-	-	17.825				
Cotas de fundos	-	-	884.460	-	-	-	-	884.460				
Outras aplicações	2	-	459	-	-	-	-	461				
Sub-Total	52.562	81.488	886.754	-	-	-	-	1.020.804				
Outros Valores Mobiliários	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos					
Valores a pagar/a receber	-	-	-	2.618	-	-	-	2.618				
Tesouraria	-	-	-	568	-	-	-	568				
Sub-Total	-	-	-	3.186	-	-	-	3.186				
Total fundos exclusivos	111.675	481.453	1.042.715	3.186	1.111	5.706	189.767	1.835.613				
Outros valores mobiliários	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos					
Fundos de investimentos não exclusivos	-	-	-	226.428	-	-	-	226.428				
Sub-Total	-	-	-	226.428	-	-	-	226.428				
Total investimentos	111.675	481.453	1.042.715	229.614	1.111	5.706	189.767	2.062.041				

8.2. HIERARQUIA DE VALOR JUSTO

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 01: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 02: títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 01” cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- Nível 03: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

Investimentos por Nível								
Títulos	2017				2016			
	Nível 01	Nível 02	Nível 03	Total	Nível 01	Nível 02	Nível 03	Total
LFT	215.039	-	-	215.039	184.754	-	-	184.754
LTN	-	-	-	-	85	-	-	85
NTN-B	377.264	-	-	377.264	370.909	-	-	370.909
NTN-C	43.617	-	-	43.617	44.687	-	-	44.687
Operações Compromissadas	-	167.606	-	167.606	-	211.188	-	211.188
CCI	-	6	-	6	-	249	-	249
CDB	-	5.968	-	5.968	-	6.546	-	6.546
Debentures	36.495	-	-	36.495	46.313	-	-	46.313
LF	-	60.777	-	60.777	-	64.950	-	64.950
LF Subordinada	-	7.005	-	7.005	-	17.825	-	17.825
Cotas de fundos	-	1.063.931	-	1.063.931	-	884.460	-	884.460
Notas promissórias	-	2.021	-	2.021	-	-	-	-
Outras Aplicações	-	-	14.779	14.779	-	-	3.647	3.647
Fundos de investimentos não exclusiv	-	294.819	-	294.819	-	226.428	-	226.428
Empréstimos e Financiamentos	-	-	7.325	7.325	-	-	7.365	7.365
Total	672.415	1.602.133	22.104	2.296.652	646.748	1.411.646	11.012	2.069.406

8.3. TÍTULOS CLASSIFICADOS COMO “MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO”

O quadro a seguir apresenta a composição dos papéis mantidos até o vencimento, registrados na carteira de fundos exclusivos da Entidade, comparados com seus respectivos valores de mercado, em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Títulos Mantidos até o Vencimento	2017		2016	
	Valor A Mercado	Valor Contábil	Valor A Mercado	Valor Contábil
NTN-B	201.533	162.325	189.380	158.603
NTN-C	44.236	37.329	42.699	37.981
Total	245.769	199.654	232.079	196.584

8.4. INVESTIMENTOS POR MODALIDADE DE PLANO

Plano de Benefício	Contribuição Definida		Contribuição Variável		Benefício Definido		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Segmentos de Investimento								
Renda Fixa	913.812	838.162	880.085	802.162	241.736	228.296	2.035.633	1.868.620
Renda Variável	103.296	72.036	125.194	93.637	7.385	9.695	235.875	175.368
Estruturados	17.819	18.053	-	-	-	-	17.819	18.053
Empréstimos e Financiamentos	6.832	6.288	-	-	493	1.077	7.325	7.365
Total dos Investimentos	1.041.759	934.539	1.005.279	895.799	249.614	239.068	2.296.652	2.069.406

8.5. EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES

A carteira consolidada, líquida da provisão para crédito de liquidação duvidosa possui o montante de R\$ 7.325 (R\$ 7.365 em 2016). A Entidade mantém provisão referente a créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 1.337 (R\$ 1.191 em 2016), para fazer face a eventual inadimplência na carteira de empréstimos concedidos aos participantes dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

2017					
Modalidade	Valor (R\$ MIL)	(%)	Quantidade	Provisão para Perda	Posição
CD	8.077	93%	547	(1.245)	6.832
BD	585	7%	31	(92)	493
Total	8.662	100%	578 -	1.337	7.325

2016					
Modalidade	Valor (R\$ MIL)	(%)	Quantidade	Provisão para Perda	Posição
CD	7.447	87%	590	(1.159)	6.288
BD	1.109	13%	42	(32)	1.077
Total	8.556	100%	632 -	1.191	7.365

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL

O Exigível Operacional representa as operações correntes dos planos administrados pela Entidade, conforme segue:

Exigível Operacional	2017	2016
Gestão Previdencial	6.977	9.290
Benefícios a Pagar	1.655	3.595
Retenções a Recolher	2.457	1.662
Outras Exigibilidades ⁽¹⁾	2.865	4.033
Gestão Administrativa	2.295	2.422
Contas a Pagar	1.820	1.994
Retenções a Recolher	103	68
Seguro Saúde a Pagar	44	196
Obrigações Tributárias	101	101
Outras Exigibilidades ⁽²⁾	227	63
Investimentos	5.593	4.316
Empréstimos e Financiamentos	835	907
Relacionadas com o Disponível	4.758	3.409
Total	14.865	16.028

⁽¹⁾ Obrigações diversas a pagar da Gestão Previdencial cujos principais componentes são:

A - R\$ 799 (R\$ 672 em 2016), referente a valores recebidos a maior de patrocinadoras, não apropriados nas contas de provisões matemáticas a serem devolvidos ou compensados com contribuições futuras das respectivas patrocinadoras; e

B - R\$ 1.257 (R\$ 2.944 em 2016), referente ao repasse de custeio administrativo do Plano para o PGA vinculado ao IFM, cujo registro existe em igual valor no ativo da Gestão Administrativa nas contas de recebimento de contribuição para custeio, outros recursos a receber e contribuição para custeio em atraso. A respectiva transferência ocorre no mês subsequente ao custeio e/ou pagamento.

C - R\$ 420 (R\$ 176 em 2016), referente a alteração de reserva CD entre perfis e/ou patrocinadoras, cuja transferência ocorre no mês subsequente. Trata-se de operações transitórias e, portanto, existe o registro de igual valor no ativo, vide item 6 B.

⁽²⁾ R\$ 189 (R\$ 63 em 2016) referente à compensação de fluxos administrativos, entre planos com perfis de investimento, cujo registro existe em igual valor no ativo da Gestão Administrativa.

10. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

As provisões contingenciais decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros em ações cíveis e por órgãos fiscalizadores e/ou reguladores em ações fiscais. Essas contingências são avaliadas por escritórios jurídicos terceirizados que representam o IcatuFMP em tais demandas, levando em consideração a probabilidade de exigência de recursos financeiros para liquidação das obrigações, sendo estimados os montantes correspondentes. Os processos judiciais e suas classificações são revisados periodicamente pela Área Jurídica do IcatuFMP Jurídico.

10.1. Gestão Previdencial

Com relação aos processos cíveis relacionados a gestão previdencial, cujos principais pedidos são expurgos inflacionários e revisão de benefícios, possuímos o valor atualizado de R\$ 5.746, (R\$ 5.139 em 2016). Atendendo às melhores práticas contábeis e conforme descrito no Pronunciamento Técnico CPC nº 25, os processos classificados com a perda provável são registrados no Exigível Contingencial do plano ao qual corresponde a ação e representam o montante de R\$ 1.080 (R\$ 1.156 em 2016) dentro deste montante existem processos relacionados as ações coletivas, no valor de R\$ 327 (R\$ 373 em 2016). Contudo, este não corresponde ao valor em risco já que não foi praticável ainda identificar os participantes atrelados ao IcatuFMP.

Aqueles cuja classificação de perda é possível são objeto de menção nesta nota e correspondem ao montante de R\$ 4.175 (R\$ 3.492 em 2016), aqueles cuja classificação de perda é remota são objeto de menção nesta nota e correspondem ao montante de R\$ 492 (R\$ 491 em 2016). O valor histórico total dos depósitos judiciais correspondem a R\$ 209 (R\$ 213 em 2016).

10.2. Gestão Administrativa

O MS nº 00004152820114025101 tem como impetrante o IcatuFMP e visa a recuperação dos valores de PIS e COFINS sobre as receitas decorrentes de administração de planos de benefícios pagos indevidamente pela Entidade, bem como o não recolhimento futuro das mencionadas contribuições, face a inconstitucionalidade do §1º do art. 3 da Lei 9.718/98. Houve a obtenção de liminar no processo em questão autorizando o depósito judicial mensal dos valores vincendos a partir de março de 2011. A sentença foi desfavorável. Estamos aguardando julgamento da apelação. O valor histórico total dos depósitos judiciais corresponde a R\$ 1.869 (R\$ 1.301 em 2016) e a probabilidade de perda é provável. Os processos classificados com a perda provável são registrados no Exigível Contingencial do plano ao qual corresponde a ação.

A Execução Fiscal 05031294020074025101 tem como exequente a Fazenda Nacional e como executada a Canadá Life Fundo de Pensão. Nela se executam débitos de IRPJ, PASEP, PIS e COFINS, inscritos em dívida ativa. Tendo em vista a incorporação da Canadá Life Fundo de Pensão pelo IcatuFMP, foi solicitada a substituição do polo passivo para constar o IcatuFMP como sucessora. A sentença foi desfavorável. A administração do IcatuFMP está aguardando julgamento da apelação. O valor histórico total dos depósitos judiciais corresponde a R\$ 363 (R\$ 207 em 2016) e o processo está classificado com probabilidade de perda possível. Os processos classificados com a perda possível são registrados no Exigível Contingencial do plano ao qual corresponde a ação.

O MS nº 00850189220154025101 tem como impetrante o IcatuFMP e visa a recuperação dos valores de PIS e COFINS sobre as receitas decorrentes de administração de planos de benefícios pagos indevidamente pela Entidade, bem como o não recolhimento futuro das mencionadas contribuições, face a Lei nº12.973/14. Estamos efetuando depósito judicial mensal dos valores com período de apuração a partir de janeiro de 2015. A sentença foi desfavorável. A administração do IcatuFMP está aguardando julgamento da apelação. O valor histórico total dos

depósitos judiciais corresponde a R\$ 1.314 (R\$ 549 em 2016) e o processo está classificado com probabilidade de perda possível.

Os processos classificados com a perda possível são registrados no Exigível Contingencial do plano ao qual corresponde a ação.

Os MS nº 200234000046400 e 200661000127052 foram impetrados pela Previkodak em face da União Federal para discutir PIS e COFINS, face a inconstitucionalidade do §1º do art. 3 da Lei 9.718/98. Sentença e apelação foram desfavoráveis. A administração do IcatuFMP está aguardando julgamento do Recurso Especial e Extraordinário. O valor histórico total dos depósitos judiciais corresponde a R\$ 873 (R\$ 613 em 2016) e a probabilidade de perda é possível. Os processos classificados com a perda possível são registrados no Exigível Contingencial do plano ao qual corresponde a ação.

10.3. Gestão Investimentos

A ação ordinária 200234000046743 e as cautelares 200234000022477, 00282635720034013400, e 200234000022450 que têm como autora a Previkodak e como ré a União Federal, objetiva a declaração de inexistência de relação jurídica que obrigue a Previkodak ao pagamento de imposto de renda já que a Entidade é proibida por lei de auferir lucro, bem como a declaração de que a entidade possui imunidade desde sua criação até junho de 1999 e a inconstitucionalidade dos artigos 5º, parágrafo 1º e 8º da Medida Provisória 25/2002. Decisão desfavorável em 1ª instância. Aguardando julgamento da apelação. Antes de migrado o plano para o Icatu FMP, a Previkodak efetuou depósitos judiciais em três desses quatro processos. O valor histórico total dos depósitos judiciais corresponde a R\$ 19.712 (R\$ 13.896 em 2016) e a probabilidade de perda é possível e remota.

10.4. Probabilidade de Perda das Causas Cíveis e Fiscais

Causas Cíveis						
31/12/2017				31/12/2016		
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado
Provável ⁽¹⁾	42	1.080	753	44	1.156	827
Possível	46	4.174	-	45	3.492	-
Remota	19	492	-	17	491	-
Total	107	5.746	753	106	5.139	827

Causas Fiscais - Administrativas						
31/12/2017				31/12/2016		
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado
Provável ⁽²⁾	1	4.125	4.125	1	2.463	2.463
Possível ⁽³⁾	4	982	363	4	808	207
Remota	-	-	-	0	-	-
Total	5	5.107	4.488	5	3.271	2.670

Causas Fiscais - Investimentos						
31/12/2017				31/12/2016		
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado
Provável	2	14.346	19.459	1	14.556	14.556
Possível	6	1.587	1.587	2	605	605
Remota	2	343	343	2	343	343
Total	10	16.276	21.389	5	15.504	15.504

(1) O valor provisionado difere do valor estimado do risco devido a causas coletivas/indivisíveis movidas por Sindicatos.

(2) Processo relativo ao PIS/COFINS, cujo provisionamento segue os valores a depositados judicialmente conforme liminar.

(3) Um dos processos classificados como possível é a Execução Fiscal da extinta Canadá Life Fundo de Pensão que discute IRPJ, PASEP, PIS E COFINS, cuja provisão administrativa foi realizada em função da transferência de gerenciamento de

um dos planos administrados pela Entidade. As patrocinadoras participantes desta Execução Fiscal são MERAL, AJINOMOTO E PPG.

⁽⁴⁾ Processo relativo a processos tributários relativo ao Imposto de Renda, cujo provisionamento segue os valores a depositados judicialmente conforme liminar.

A entidade apresenta depósitos judiciais somados à sua respectiva atualização relacionados às causas cíveis e fiscais conforme demonstrado abaixo:

Causas	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Cíveis	6	209	213
Fiscais - Administrativo	7	4.420	2.617
Fiscais - Investimento	10.3	19.712	13.826
Total		24.341	16.656

11. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelos atuários de cada plano, considerando as características peculiares dos regulamentos dos planos de benefícios em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC.

As mutações das reservas matemáticas estão demonstradas como segue:

Provisão Atuarial	2017	Mutação	2016
Provisões Matemáticas	2.137.971	196.837	1.941.134
Benefícios Concedidos	893.561	59.978	833.583
Contribuição Definida	711.793	49.758	662.035
Saldo de Contas dos Assistidos	711.793	49.758	662.035
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	181.768	10.220	171.548
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	137.409	4.222	133.187
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	44.359	5.998	38.361
Benefícios a Conceder	1.260.070	136.140	1.123.930
Contribuição Definida	1.212.561	147.325	1.065.236
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador (es)	566.800	72.681	494.119
Saldo Patrocinador (es) – Serviço Passado a Integralizar	590	(101)	691
Saldo de Contas – Parcela Participantes	645.171	74.745	570.426
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	43.285	(10.519)	53.804
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	67.074	(13.169)	80.243
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(17.758)	1.345	(19.103)
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(6.031)	1.305	(7.336)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	4.224	(666)	4.890
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	7.136	(1.439)	8.575
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(2.641)	709	(3.350)
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(271)	64	(335)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(15.660)	719	(16.379)
(-) Serviço Passado	(1.215)	101	(1.316)
(-) Patrocinador (es)	(625)	-	(625)
(-) Serviço Passado a constituir CD	(590)	101	(691)
(-) Déficit Equacionado	(15.318)	(255)	(15.063)
(-) Patrocinador (es)	(15.318)	(255)	(15.063)
(+/-) Por ajuste da Contribuições Extraordinária	873	873	-
(+/-) Patrocinador (es)	873	873	-

De acordo com as legislações em vigor, a comprovação, por meio de estudo técnico, da adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos e do plano de benefícios de caráter previdenciário é exigida para os planos que, independentemente de sua modalidade, possuam obrigações registradas em provisão matemática de benefício definido.

Assim, as hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial anual demonstraram adequação e aderência às características da massa de participantes e assistidos vinculados aos planos de benefícios, bem como à rentabilidade projetada dos recursos garantidores relacionados aos benefícios atuariais e ao fluxo de receitas e despesas, conforme seus respectivos estudos específicos:

- Estudo específico de aderência e adequação da taxa real de juros, comprovando a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamentos de benefícios. O estudo foi elaborado por consultorias externas e independentes.
- Estudo específico de aderência e adequação das demais hipóteses atuariais, comprovando a aderência dessas hipóteses em um período histórico de, no mínimo, três exercícios. O estudo foi elaborado por consultorias atuariais externas e independentes.

Os referidos estudos foram elaborados em consonância com a Resolução CGPC nº 18/2006 e suas alterações, com base nos documentos apresentados pelas consultorias atuariais, aprovados pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo e acompanhados de Parecer do Conselho Fiscal.

11.1 Provisões Matemáticas a Constituir – Serviço Passado

Em atendimento ao ofício 182/ERRS/PREVIC, dos planos Springer e Otis de benefícios, é registrado o valor total da contribuição especial de cada participante, em uma subconta do grupo de “reserva matemática a constituir de serviço passado” e em contrapartida a este, o registro na conta de benefícios a conceder intitulada “reserva de serviço passado a integralizar”, com o objetivo de atender à solicitação e não gerar um superávit fictício nos planos. Tais contas registram mensalmente os valores das contribuições especiais recolhidos pela Patrocinadora e serão atualizados anualmente no mês de junho.

Abaixo demonstração da contabilização do processo citado acima:

Provisões matemáticas a constituir - Serviço Passado	2017	
	Plano de Benefícios Otis	Plano de Benefícios Springer
Benefícios a conceder	380	210
Contribuição definida	380	210
Provisões matemáticas a Constituir	(380)	(210)
(-) Serviço Passado	(380)	(210)
	-	-

11.2 Déficit equacionado

Ao fim do exercício de 2016, para os planos que se encontram em déficit e, sendo este déficit superior do limite definido pela legislação, foram estruturados, com base nas Resoluções CGPC nº 18/2006, nº 26/2008, planos de equacionamento para este déficit, atendendo à legislação vigente.

Desta forma, este equacionamento será realizado através de contribuições extraordinárias das patrocinadoras e/ou pela utilização do Fundo de Reversão de saldo por Exigência Regulamentar, enquanto houver saldo disponível. O prazo de equacionamento varia de acordo com cada plano, sendo em média de 12 anos.

12. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Representa os resultados acumulados obtidos pela Entidade e registrados em resultados realizados.

A composição da conta resultados realizados e a respectiva movimentação no exercício está descrita a seguir:

Saldos	2017	2016
Saldo no exercício anterior	48.753	36.006
Superávit no exercício	13.826	12.747
Saldo no exercício atual	62.579	48.753

13. FUNDOS

Os fundos apresentam saldos em 2017 e 2016 e são classificados conforme abaixo:

Fundos	2017	2016
Fundos Previdenciais	90.395	77.235
Fundos Administrativos	7.118	6.886
Total	97.513	84.121

As mutações estão demonstradas como segue:

Saldos	Fundos Previdenciais	Fundos Administrativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	77.235	6.886	84.121
Constituição de fundos	13.160	232	13.392
Saldos em 31 de dezembro de 2017	90.395	7.118	97.513

Os fundos de natureza previdenciais são compostos por:

Descrição	2017	2016
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	36.356	34.092
Revisão de Plano	48.454	38.353
Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial ⁽¹⁾	5.585	4.790
Total de Fundos Previdenciais	90.395	77.235

(1) Fundo Previdencial Benefício de Risco - R\$ 736 (R\$ 569 em 2016), Fundo de Retirada de Patrocínio - R\$ 4.802 (R\$ 4.137 em 2016) e Revisão do Plano - Autopatrocínados R\$ 47 (R\$ 84 em 2016).

14. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS – MIGRAÇÕES

As operações relativas às movimentações entre planos de benefícios e patrocinadoras estão demonstradas como segue:

Planos	2017		2016	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida Previ-Continental	275	(275)	2.490	(2.490)
Plano de Benefícios AT&T GNS	8.487	(8.487)	6.081	(6.081)
Plano de Benefícios Carestreamprev	6.110	(6.110)	11.036	(11.036)
Plano de Benefícios Previkodak	18.889	(18.889)	14.045	(14.045)
Plano de Aposentadoria Metalsa			58	(58)
Plano de Benefícios Keysigth	169	(169)	-	-
Plano de Benefícios CMSPREV	17	(17)	34	(34)
Plano de Aposentadoria Xprev CD	2.379	(2.379)	2.262	(2.262)
Plano de Benefícios do Grupo Icatu Seguros	1.667	(1.667)	2.234	(2.234)
Plano de Aposentadoria da Intelig Telecomunicações Ltda.	491	(491)	500	(500)
Total	38.484	(38.484)	38.740	(38.740)

15. PARTES RELACIONADAS

São partes relacionadas as Entidades caracterizadas em virtude da significativa participação nas operações e na administração do IcatuFMP.

Sumário das transações:

	2017		2016	
	Contas a Receber (a Pagar)	Receitas (Despesas)	Contas a Receber (a Pagar)	Receitas (Despesas)
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.	(1.669)	(8.498)	(1.994)	(7.120)
	(1.669)	(8.498)	(1.994)	(7.120)

As operações com partes relacionadas referem-se a:

- Prestação de Serviços:

A Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda, é prestadora de Serviços do IcatuFMP, cuja contraprestação financeira é liquidada mensalmente. O montante desta Despesa em 2017 foi de R\$ 8.498 (R\$ 7.120 em 2016). Tais serviços são realizados em condições definidas em contrato firmado entre as partes.

A Icatu Gestão Patrimonial Ltda. e a Icatu Vanguarda Administração de Recursos Ltda., são gestores de fundos de investimentos e aqui conceituadas partes relacionadas em razão da relevante alocação de recursos (acima de 50% do Patrimônio do IcatuFMP). A contraprestação financeira desta prestação de serviços é liquidada diretamente dos fundos de investimentos através de percentuais de taxa de administração e performance, quando aplicável, cobradas pelos administradores fiduciários.

- **Influência Administrativa:**

A Icatu Seguros S/A., os membros do seu Conselho de Administração e da sua Diretoria Executiva; a Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda., e Administradores, são aqui

denominados partes relacionadas independentemente da existência de contraprestação financeira, em função exclusiva de suas responsabilidades junto aos órgãos de administração do IcatuFMP, conforme previsão estatutária, especialmente em relação aos membros do pessoal chave da administração, ressaltando ainda, que ambas fazem parte do mesmo grupo econômico.

16. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Em 04 de fevereiro de 2015, foi publicada a Instrução PREVIC nº19, que disciplina os critérios e os procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico (observadas as alterações posteriores). Esse ajuste de precificação dos títulos, atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, corresponde à diferença entre o valor considerando a taxa de juros utilizada nas respectivas avaliações atuariais e o valor contábil desses títulos.

O ajuste de precificação dos títulos públicos dos planos elegíveis em 31 de dezembro de 2017 resultou em um valor positivo de R\$ 2.549 (R\$ 2.624 em 2016), conforme demonstrativo a seguir:

2017					
Título público	Vencimento	Quantidade	Valor contábil - R\$ mil	Valor ajustado pela taxa atuarial - R\$ mil	Valor ajuste de precificação - R\$ mil
NTN-B	15/08/2018	473	1.466	1.472	6
NTN-B	15/05/2019	472	1.442	1.454	12
NTN-B	15/08/2020	960	2.962	3.013	51
NTN-B	15/08/2022	587	1.806	1.858	52
NTN-B	15/05/2023	460	1.391	1.440	49
NTN-B	15/08/2024	3.372	10.458	10.746	288
NTN-B	15/08/2030	870	2.632	2.820	188
NTN-B	15/08/2030	1.500	4.554	4.863	309
NTN-B	15/05/2035	25	74	81	7
NTN-B	15/05/2035	2.100	6.236	6.782	546
NTN-B	15/08/2040	1.547	4.741	5.106	365
NTN-B	15/05/2045	1.117	3.257	3.659	402
NTN-B	15/08/2050	713	2.104	2.378	274
Total		14.196	43.123	45.672	2.549

2016					
Título Público	Vencimento	Quantidade	Valor Contábil - R\$ mil	Valor Ajustado pela taxa atuarial - R\$ mil	Valor Ajuste de Precificação - R\$ mil
NTN-B	15/07/2017	373	1.111	1.113	2
NTN-B	15/08/2018	473	1.425	1.439	14
NTN-B	15/05/2019	472	1.402	1.421	19
NTN-B	15/08/2020	565	1.694	1.734	40
NTN-B	15/08/2020	395	1.184	1.212	28
NTN-B	15/08/2022	587	1.755	1.815	60
NTN-B	15/08/2023	460	1.352	1.406	54
NTN-B	15/08/2024	3.372	10.181	10.496	315
NTN-B	15/08/2030	870	2.559	2.752	193
NTN-B	15/08/2030	1.500	4.428	4.745	317
NTN-B	15/05/2035	25	72	79	7
NTN-B	15/05/2035	2.100	6.065	6.613	548
NTN-B	15/08/2040	1547	4.614	4.976	362
NTN-B	15/08/2045	1117	3.168	3.564	396
NTN-B	15/08/2050	713	2.047	2.316	269
Total		14.569	43.057	45.681	2.624

Houve um plano cujo resultado do exercício de 2017 apresentou-se com déficit contábil de R\$ 2.833 (R\$ 2.957 em 2016). Tendo em vista o seu plano de equacionamento, faz-se necessária a apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2017	2016
a) Equilíbrio Técnico	(2.833)	(2.957)
b) (+/-) Ajustes de Precificação	(2.549)	(2.624)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado	(284)	(333)

17. ELIMINAÇÕES NA CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação dos planos de benefício definido e contribuição definida no Balanço Patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017:

Descrição	2017	2016
Participação Plano de Gestão Administrativa	7.118	6.886
Participação no Fundo Administrativo PGA	7.118	6.886
Superavit Técnico Acumulado	2.844	4.072
(-) Deficit Técnico Acumulado	(2.844)	(4.072)

18. RESULTADO DO EXERCÍCIO

O IcatuFMP tem na sua composição 40 planos, destes 16 são da modalidade de Contribuição Definida, 17 da modalidade de Contribuição Variável e 07 da modalidade de Benefício Definido, cujo resultado acumulado do exercício de 2017 foi Superavitário em R\$ 13.826, gerando um resultado técnico acumulado de R\$ 62.579, sendo composto por R\$ 24.491 de Reserva de Contingência e R\$ 38.088 de Reserva Especial para Revisão do Plano.

No encerramento do exercício de 2017 apresentou no resultado dos investimentos líquido de R\$ 236.628 (R\$ 292.828 em 2016), destes, R\$ 235.715 da Gestão Previdencial e R\$ 913 da Gestão Administrativa, 10,22% (15,81% em 2016). Todos os índices de referência que regem as Políticas de Investimentos, em 2017, obtiveram retornos positivos. O ano de 2017 foi marcado por um forte processo desinflacionário no Brasil. O crescimento começou a mostrar sinais mais consistentes de recuperação, assim como o mercado de trabalho. As contas externas do país apresentaram acentuada recuperação, catapultadas por uma robusta balança comercial e por investimentos estrangeiros diretos extremamente robustos. As contas públicas (ou quadro fiscal) ainda é uma fonte de preocupação grande a longo-prazo, mas avanços significativos foram atingidos na agenda econômica local. Este ambiente permitiu que o Banco Central continuasse um processo agressivo de corte da Taxa Selic, a taxa básica de juros da economia. Neste contexto o IBrX apresentou valorização de 27,55%. Diante dessa conjuntura, todos os planos do IcatuFMP foram impactados positivamente, com destaque, para a parcela de investimentos em renda variável.

19. TRANSFERÊNCIA DE GERENCIAMENTO DO PLANO KEYSIGHT

A PREVIC aprovou pela Portaria nº 50.017, publicada no D.O.U de 14/12/2016, a Cisão do Plano de Benefícios Agilent (CNPB nº 1999.003829) – administrado pela HP Prev Sociedade Previdenciária – com transferência de gerenciamento dos planos resultantes para o IcatuFMP e para o Multiprev. Assim, conforme previsto na portaria, foi criado o Planos de Benefícios Keysight que será administrado pelo IcatuFMP e cadastrado sob o número 2016.0020-18.

O processo de transferência do Plano Keysight referente a parte cindida do plano de benefícios Agilent, ocorreu em 10 de março de 2017, conforme prazo estipulado no termo de rescisão e transferência de gerenciamento assinado em 29 de março 2016, sendo transferidos os valores referente ao patrimônio social no montante de R\$ 45.665.

Sergio Egídio
Diretor Superintendente
CPF: 153.567.778-33

Marcos Celio Santos Nogueira
Contador
CRC/RJ: 089351/O-8
CPF: 991.742.787-20

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadores do
Icatu Fundo Multipatrocinado
Rio de Janeiro - RJ

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis do Icatu Fundo Multipatrocinado (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração da mutação do ativo líquido, do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Icatu Fundo Multipatrocinado e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar

suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as

correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2018.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz

Contadora CRC-1SP198827/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL (EXERCÍCIO 2017)

O Conselho Fiscal do Icatu Fundo Multipatrocinado, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no art. 26 do Estatuto Social, tendo examinado o Demonstrações Contábeis e o relatório da Auditoria Independente, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando, ainda, o parecer sem ressalva, expedido por Ernst & Young Auditores Independentes S.S., emite, por unanimidade e sem ressalvas, o presente Parecer, nos termos das discussões havidas em reunião do Conselho Fiscal realizada em 27/03/2018, a fim de opinar favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pelo Conselho Deliberativo do Icatu Fundo Multipatrocinado.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2018.

Luiz Eduardo Edelsberg

Presidente do Conselho Fiscal

Altevir Waluszko

Conselheiro

Heber Leal Marinho Wedemann

Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO (EXERCÍCIO 2017)

O Conselho Deliberativo do Icatu Fundo Multipatrocinado, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no art. 16 do Estatuto Social, analisou o relatório, balanço e as demonstrações contábeis da Entidade relativas ao exercício social de 2017, juntamente com relatório da Ernst&Young Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal, ambos sem ressalvas, deliberando, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar as demonstrações contábeis e prestação de contas da Diretoria Executiva da Entidade relativas ao exercício social de 2017.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2017.

Luciana da Silva Bastos

Presidente

**RESULTADOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS CONVÊNIO
DE ADMINISTRAÇÃO TELEPAR CELULAR EM 2017**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS
DO PLANO**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DO PLANO

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)			
DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	371	346	7%
1. Adições	76	40	90%
(+) Contribuições	44	6	633%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	32	34	-6%
2. Destinações	(53)	(15)	253%
(-) Benefícios	(9)	(9)	0%
(-) Custeio Administrativo	(44)	(6)	633%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	23	25	-8%
(+/-) Provisões Matemáticas	(17)	(34)	-50%
(+/-) Fundos Previdenciais	14	44	-68%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	26	15	73%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	394	371	6%
C) Fundos não previdenciais	15	(79)	-119%
(+/-) Fundos Administrativos	15	(79)	-119%

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)			
DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	444	398	12%
Recebível	56	21	167%
Investimento	388	377	3%
Fundos de Investimento	388	377	3%
2. Obrigações	20	12	67%
Operacional	20	12	67%
3. Fundos não Previdenciais	30	15	100%
Fundos Administrativos	30	15	100%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	394	371	6%
Provisões Matemáticas	135	152	-11%
Superávit/Déficit Técnico	83	57	46%
Fundos Previdenciais	176	162	9%

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)			
DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	414	377	10%
1. Provisões Matemáticas	135	152	-11%
1.1. Benefícios Concedidos	135	152	-11%
Benefício Definido	135	152	-11%
2. Equilíbrio Técnico	83	57	46%
2.1. Resultados Realizados	83	57	46%
Superávit Técnico Acumulado	83	57	46%
Reserva de Contingência	28	32	-13%
Reserva para Revisão de Plano	55	25	120%
3. Fundos	176	162	9%
3.1. Fundos Previdenciais	176	162	9%
4. Exigível Operacional	20	6	233%
4.1. Gestão Previdencial	20	6	233%

**DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COM
INVESTIMENTOS DO PLANO**

DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COM INVESTIMENTOS DO PLANO

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2017	
(R\$ Mil)	50	100,00%
Despesas Diretas	47	94,00%
Administradora de Planos	2	4,00%
Consultoria Atuarial	42	84,00%
PIS/COFINS	3	6,00%
Despesas Indiretas (Gestão Terceirizada)	3	6,00%
Taxa de Administração	1	2,00%
Taxa de Gestão	2	4,00%

**INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL
DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO**

INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO

ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE

Não houve alteração no Estatuto Social da Entidade.

REGULAMENTO DO PLANO

Não houve alteração no Regulamento do Plano.

O Estatuto e Regulamento vigentes estão disponíveis para consulta no site www.icatuseguros.com.br, na área restrita ao Participante. Caso ainda não possua login e senha de acesso, efetue seu cadastro através do site ou, se preferir, entre em contato com a Central de Relacionamento pelo telefone 0800 285 3004 e solicite seu cadastro.

**INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE
INVESTIMENTOS**

INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Exercício

2017

Data da aprovação pelo Conselho Deliberativo

30/12/2016

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Sergio Egidio

Mecanismo de informação da política aos Participantes

Relatório Anual

2. CONTROLE DE RISCOS

A política de investimentos do plano de benefícios possui controles de risco de mercado, legal, liquidez, operacional, contraparte, entre outros.

2.1. RISCO DE CRÉDITO

O IcatuFMP utilizará as agências classificadoras S&P, Moody's e Fitch para a definição do risco de crédito da carteira de investimentos. Como referência, vale a mais baixa ou a única classificação, não valendo ainda classificações feitas por agências diferentes das mencionadas.

Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, a mesma será considerada automaticamente como de alto risco de crédito e caberá ao gestor a decisão de compra baseado na análise do crédito do ativo e dos limites definidos nesta política para ativos de alto risco de crédito:

TABELA DE RISCO DE CRÉDITO

CLASSIFICAÇÃO	MOODY'S	S&P	FITCH
Baixo Risco	Aaa.br, Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br, A1.br, A2.br, A3.br	brAAA, brAA+, brAA, brAA-, brA+,brA, brA-	AAA, AA+, AA, AA-, A+, A, A-
Alto Risco	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

A alocação em ativos classificados como baixo risco de crédito, incluindo os títulos públicos emitidos pelo Governo Federal, conforme critério definido nesta política, será de até o percentual máximo de aplicação no segmento de renda fixa determinado na tabela de macroalocação.

A alocação em ativos de renda fixa classificados como alto risco de crédito, conforme critério definido nesta política, será até 05% dos recursos garantidores do plano de benefícios.

A exposição a ativos classificados como Alto Risco de Crédito será tolerada, dentro dos limites estabelecidos, caso o Plano já tenha exposição anterior a entrada em vigor desta Política, ou no caso de alguma emissão ter sua classificação alterada durante a vigência desta Política.

Os títulos de crédito privado neste segmento devem verificar necessariamente os seguintes limites:

TABELA DE LIMITES **POR EMISSOR** EM FUNÇÃO DO RATING – VÁLIDA PARA EMISSÕES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E NÃO-FINANCEIRAS

LIMITE DOS RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 10%	Aaa.br	brAAA	AAA
Até 6%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-
Até 5%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-
Até 4%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

TABELA DE LIMITES EM RELAÇÃO AO **VALOR TOTAL DA EMISSÃO** EM FUNÇÃO DO RATING – VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO FINANCEIRO E NÃO-FINANCEIRO

LIMITE DO VALOR DA EMISSÃO	MOODYS	S&P	FITCH
Até 15%	Aaa.br	brAAA	AAA
Até 10%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-
Até 5%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-
Até 2%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DO PLANO

SEGMENTO	SUBSEGMENTO	INDEXADOR DO SEGMENTO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	ALVO	META DE RENTABILIDADE
	TOTAL SEGMENTO RF		70%	100%	98%	
Renda Fixa	Título Público Pré-fixado	IRFM	0%	15%	0%	IRFM
	Título Público Pós-fixado	IMA-S	5%	100%	20%	IMA-S
	Título Público Inflação Curta	IMA-B 5	0%	90%	55%	IMA-B 5
	Título Público Inflação Longa	IMA-B 5+	0%	90%	10%	IMA-B 5+
	Crédito Privado	CDI	0%	30%	13%	102% do CDI
	TOTAL SEGMENTO RV		0%	10%	0%	
Renda Variável	Fundo Ação Passivo	IBrX	0%	10%	0%	IBrX
	Fundo de Dividendos	IDIV	0%	10%	0%	IDIV
	Fundo Valor	IBrX	0%	10%	0%	IBrX
	Fundo Ação Livre	IBrX	0%	10%	0%	IBrX
Investimentos Estruturados	TOTAL SEGMENTO INV. EST.		0%	10%	0%	
	Fundo de Investimento Multimercado CVM	CDI	0%	10%	0%	CDI
Operações com Participantes	Empréstimos	INPC	0%	10%	2%	INPC + 6% a.a.

4. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A principal característica desta Política é o seu horizonte de longo prazo, compatível com o horizonte de investimento de um plano de complementação de aposentadoria. Por isso, baseia-se principalmente numa estimativa de retornos reais de longo prazo para os benchmarks de cada segmento de aplicação. Com a aproximação do fim de 2016, se faz oportuno refletir sobre as perspectivas e tendências econômicas para 2017.

O ano de 2017 foi marcado por uma recuperação sincronizada da economia mundial. A inflação mundial continua contida. Os países desenvolvidos, no geral, apresentaram leve aceleração dos indicadores de inflação, enquanto as economias emergentes apresentaram um quadro de relativa tranquilidade no âmbito inflacionário. Este ambiente permitiu que os bancos centrais nas economias desenvolvidas, dessem continuidade ou iniciassem um processo muito transparente, bem comunicado e gradual de normalização monetária. A China foi uma grande surpresa positiva ao longo do ano, com um crescimento acima do esperado e uma condução extremamente prudente de suas reformas e da desalavancagem da economia. Os países emergentes apresentaram uma trajetória descendente de inflação, com crescimento saudável e fundamentos estruturais mais robustos do que no passado recente. Este pano de fundo permitiu que os juros nestes países permanecessem baixos ou em trajetória declinante. Salvo questões pontuais e localizadas, prevaleceu um ambiente construtivo para a economia mundial.

No Brasil, o ano de 2017 foi marcado por um forte processo desinflacionário. O crescimento começou a mostrar sinais mais consistentes de recuperação, assim como o mercado de trabalho. As contas externas do país apresentaram acentuada recuperação, catapultadas por uma robusta balança comercial e por investimentos estrangeiros diretos extremamente robustos. As contas públicas (ou quadro fiscal) ainda é uma fonte de preocupação grande a longo-prazo, mas avanços significativos foram atingidos na agenda econômica local. Este ambiente permitiu que o Banco Central continuasse um processo agressivo de corte da Taxa Selic, a taxa básica de juros da economia.

INDICADORES	2017
PIB - %	1,00%
US\$ final - R\$	3,55
IGPM - %	4,80%
IPCA - %	4,50%
SELIC Fim de Período - %	10,00%
SELIC Média - %	11,55%
Bolsa (130% SELIC Média) - %	15,02%

Fonte: Icatu Fundos de Pensão e IcatuFMP (Data base 12/2016)

Na execução e acompanhamento da Política de Investimentos, é possível a utilização de cenários de curto prazo para fazer micro alocações (escolha de estratégias ou ativos específicos, como ações, títulos de renda fixa e etc.) e para fazer alocação tática nos segmentos de renda fixa, renda variável, investimentos estruturados e investimentos no exterior, dentro dos limites aprovados.

**RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS**

RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

O Icatu Fundo Multipatrocinado acredita que a contratação de instituições especializadas em gestão de recursos de terceiros é a melhor alternativa para a maximização da rentabilidade da carteira e a minimização de riscos inerentes ao processo de gestão.

A gestão é discricionária, cabendo aos gestores o processo de escolha de ativos a serem incluídos na carteira do plano, desde que os limites e procedimentos descritos na Resolução CMN nº 3.792, de setembro de 2009, na política de investimentos do plano e na regulamentação da CVM sejam respeitados.

Na implementação da política, utiliza-se um Fundo de Investimento em Quotas (FIQ), que aplica em diversos Fundos de Investimento (FIs).

Os recursos do plano em 31/12/2017 estavam aplicados conforme quadro abaixo (valores em milhares de reais):

Plano de Benefícios	2017		2016	
	R\$ Mil	(%)	R\$ Mil	(%)
Segmentos				
Renda Fixa	388	99,36%	349	92,59%
Renda Variável	-	0,00%	28	7,30%
Investimentos Estruturados	-	0,00%	-	0,00%
Investimentos no Exterior	-	0,00%	-	0,00%
Imóveis	-	0,00%	-	0,00%
Operações com Participantes	-	0,00%	-	0,00%
Total dos Investimentos	388	99,49%	377	100,00%
Disponível	2	0,42%	-	0,00%
Total dos Recursos Garantidores	390	100,00%	377	100,00%

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS NO ANO



GLOSSÁRIO

GLOSSÁRIO

Balanço Patrimonial: o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que tem por objetivo apresentar, de forma sintética, a posição financeira e patrimonial da Entidade. Os valores do Balanço Patrimonial estão posicionados em 31 de dezembro e são divididos em dois grandes grupos (ativo e passivo), onde o ativo representa os bens, direitos e aplicações de recursos, e o passivo, as obrigações para com os participantes e terceiros.

Conselho Deliberativo: Órgão máximo da estrutura organizacional da Entidade. É responsável pela definição da política geral de administração da EFPC e seus Planos de Benefícios. Cabe ao Conselho Deliberativo ser o principal agente nas definições das políticas de administração e das estratégias gerais da entidade, bem como a sua revisão periódica.

Conselho Fiscal: Órgão de controle interno da Entidade. Supervisiona a execução das políticas do Conselho Deliberativo e o desempenho das boas práticas de governança da Diretoria Executiva. Cabe ao Conselho Fiscal elaborar relatórios semestrais que destaquem a opinião sobre a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos, e à execução orçamentária. O Conselho Fiscal deve comunicar eventuais irregularidades, sugerir, indicar ou requerer providências de melhoria na gestão, e emitir parecer conclusivo sobre as demonstrações contábeis anuais da entidade.

Demonstrações Contábeis: Conjunto de relatórios emitidos pela entidade, como o Balanço Patrimonial, Balancete, Mutação do Ativo Líquido, dentre outras, bem como as respectivas notas explicativas às demonstrações. Objetivam proporcionar entendimento quanto à posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade e dos planos administrados, servindo de base informacional aos usuários em geral.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS): a DMPS é o demonstrativo contábil que tem por objetivo evidenciar de forma consolidada as modificações que ocorreram no Patrimônio Social ao final de cada exercício.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL): a DMAL é o demonstrativo contábil que tem a finalidade de apresentar, ao final de cada exercício por plano de benefícios, a movimentação do ativo líquido por meio das adições (entrada) e deduções (saídas) de recursos.

Demonstração do Ativo Líquido (DAL): a DAL é o demonstrativo contábil responsável por evidenciar a composição do Ativo, Obrigações e Fundos não Previdenciais do plano de benefícios ao final de cada exercício.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA): a DPGA é o demonstrativo que apresenta de forma consolidada, com clareza e objetividade, a atividade administrativa da Entidade, destacando as movimentações que influenciaram as receitas, despesas e rendimentos e impactaram diretamente no resultado do fundo administrativo ao final de cada exercício.

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT): a DPT é o demonstrativo que representa a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Demonstrativo de Investimentos: o Demonstrativo de Investimentos apresenta a alocação dos recursos da Entidade por segmento (renda fixa e variável) e estabelece um comparativo com as diretrizes estabelecidas na política de investimentos e na legislação vigente. O Demonstrativo de Investimentos traz também um resumo sobre o retorno dos investimentos dos planos e a diferença quando comparado à meta atuarial ou meta de investimentos, os custos de gestão dos investimentos e as modalidades de aplicação.

Diretoria Executiva: Órgão responsável pela administração da Entidade e dos Planos de Benefícios, observando a política geral traçada pelo Conselho Deliberativo e as boas práticas de governança.

Estatuto Social: Documento que define as estruturas administrativas, cargos e respectivas atribuições, além da forma de funcionamento da Entidade.

Fundo de Investimento: São condomínios constituídos com o objetivo de promover a aplicação coletiva dos recursos dos participantes. É uma comunhão de recursos destinados a aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de empresas emergentes.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis: as Notas Explicativas acompanham as demonstrações contábeis e são responsáveis por detalhar as principais práticas contábeis utilizadas, os critérios adotados na apropriação dos recursos e na avaliação dos elementos patrimoniais. Além das informações já descritas, as Notas Explicativas normalmente trazem também um breve histórico dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

Parecer do Auditor Independente: o Parecer do Auditor Independente é o documento que apresenta a análise do auditor em relação às demonstrações contábeis da Entidade e, principalmente, se os resultados apresentados refletem a realidade da Entidade e se estão de acordo com as normas legislativas e as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parecer Atuarial: o Parecer Atuarial é o documento que apresenta o resultado de um estudo técnico realizado anualmente nos planos de previdência por um atuário e reflete a opinião deste profissional sobre a saúde financeira dos planos. Este documento traz os custos estimados para manutenção do equilíbrio dos planos e os principais dados estatísticos e hipóteses utilizadas no estudo. O Parecer é confeccionado somente para os Planos classificados como modalidade Benefício Definido ou Contribuição Variável, que possuem componentes atuariais que impactam no resultado do Plano.

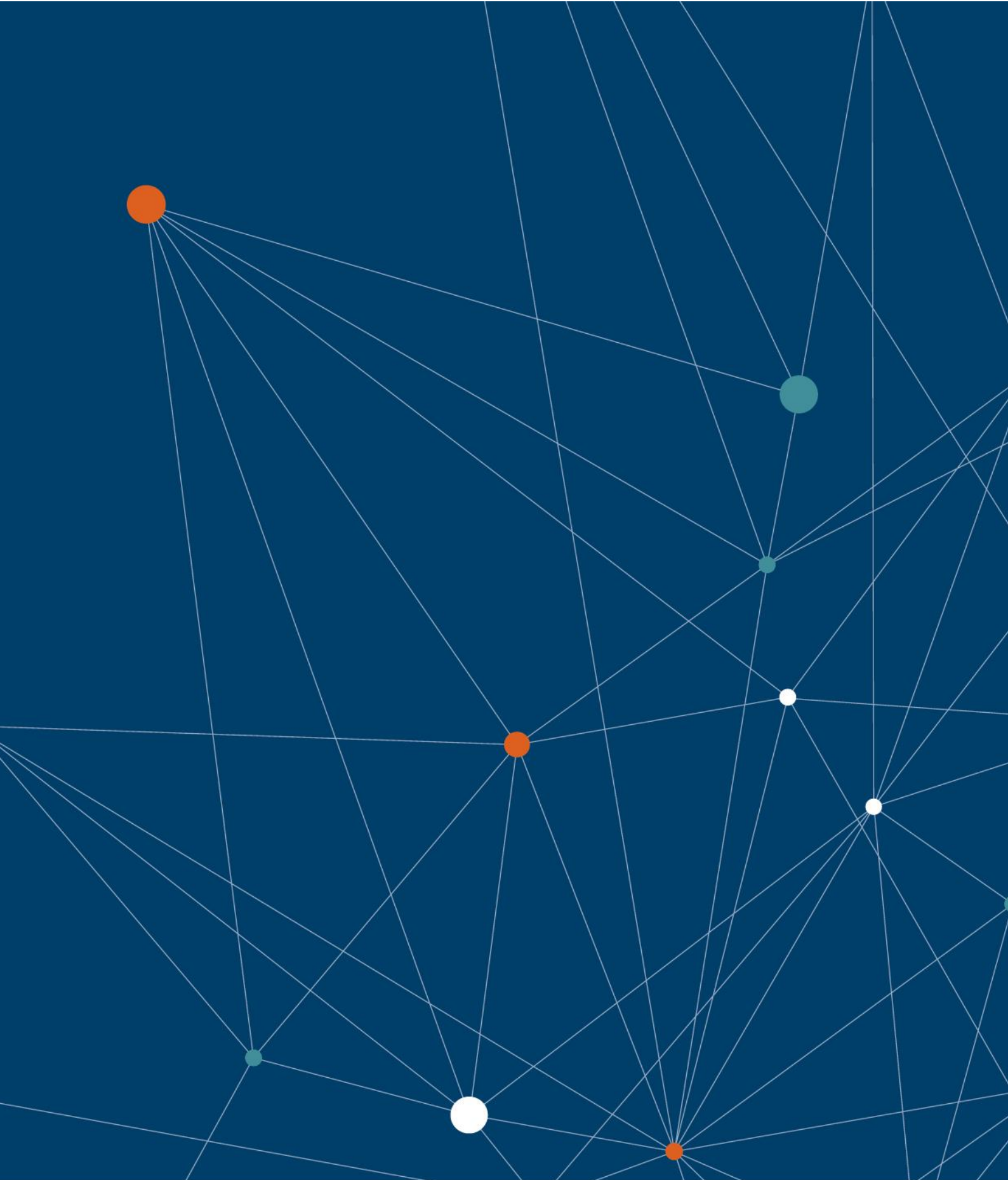
Parecer do Conselho Fiscal: o Parecer do Conselho Fiscal é o documento que reflete a opinião deste conselho acerca dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade, fazendo constar neste parecer todas as informações complementares que julgarem necessárias e pertinentes ao completo entendimento dos resultados.

Política de Investimentos: a Política de Investimentos é responsável por definir as principais regras e condições para aplicação dos recursos da Entidade e dos Planos de Benefícios e tem a finalidade de garantir uma gestão prudente e eficiente dos ativos dos planos. A política é elaborada anualmente e deve considerar em sua elaboração os riscos envolvidos e os objetivos da Entidade para definição dos investimentos de médio e longo prazos.

Manifestação do Conselho Deliberativo: a Manifestação do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza a ciência e concordância deste Conselho em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas pelo contador da Entidade e do Relatório Anual de Atividades referentes ao exercício após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal.

Relatório Anual: Documento de comunicação interna elaborado pela Entidade para os participantes e assistidos com informações sobre o desempenho da Entidade e do Plano de Benefícios no ano.

ANEXO PARECER ATUARIAL



Fale Conosco



IcatuFMP 0800 285 3004

[icatu**seguros**.com.br](http://icatuseguros.com.br)

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC

Exclusivo para informações públicas, reclamações ou cancelamentos de produtos adquiridos por telefone.

SAC IcatuFMP 0800 286 0116

IcatuFMP